



CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

**AS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS TELEVISIVAS SOBRE AS ESPECIES
AMEAÇADAS: MEMÓRIA DE UM DISCURSO AMBIENTAL NO BRASIL - 1980 A 1984**

Elza Kioko Kawakami Savaget

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2013

ELZA KIOKO KAWAKAMI SAVAGET

**AS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS TELEVISIVAS SOBRE AS ESPÉCIES
AMEAÇADAS: MEMÓRIA DE UM DISCURSO AMBIENTAL NO BRASIL -1980 A 1984**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: PROF. DRA. EVELYN GOYANNES DILL ORRICO

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2013

S264 Savaget, Elza Kioko Kawakami.
As campanhas institucionais televisivas sobre as espécies ameaçadas:
memória de um discurso ambiental no Brasil - 1980 a 1984) / Elza Kioko
Kawakami Savaget, 2013.
104 f. ; 30 cm

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

1. Meio ambiente - Discursos, ensaios, conferências. 2. Espécies em
extinção. 3. Sustentabilidade. 4. Análise do discurso. 5. Memória - Aspectos
sociais. I. Orrico, Evelyn Goyannes Dill. II. Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-
Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 333.72

**AS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS TELEVISIVAS SOBRE AS ESPÉCIES
AMEAÇADAS: MEMÓRIA DE UM DISCURSO AMBIENTAL NO BRASIL
1980 A 1984**

Elza Kioko Kawakami Savaget

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovada por:

Prof. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico (orientadora) – UNIRIO

Prof. Dra. Carmem Irene Correia de Oliveira – UNIRIO

Prof. Dra. Telma Domingues da Silva – UNIVAS

À Deus

Aos meus filhos, Tama, Tomie e Seichi.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico, minha orientadora, pela acolhida do tema na linha de pesquisa Memória e Linguagem e, sobretudo, pela firmeza e delicadeza no direcionamento dos estudos. E pela paciência em entender as tantas mudanças em meio às tantas possibilidades.

Ao meu amigo de sempre, Claudio Savaget, pela parceria na vida e aprendizado nos vários projetos, especialmente com o Projeto Ecologia, *corpus* deste trabalho. E por deixar todos os vídeos copiados, organizados e à disposição.

A todos os da equipe Tamar, de ontem e de hoje, pela amizade na construção. Neca e Guy Marcovaldi, amigos queridos, por todos os momentos e oportunidades compartilhadas nas viagens, nas nossas festas e nas ideias, com alegria e parceria de vida.

A todos da equipe do Projeto Peixe-boi marinho, de ontem. Especialmente ao José Catuêê Albuquerque – Catu (*in memoriam*), pelos anos de convivência intensa e apaixonada pela causa das espécies marinhas ameaçadas. E, sobretudo pela capacidade de se indignar com as condições históricas.

Ao Fábio Feldman, amigo, consultor de sempre e pelos presentes, os livros esgotados *Nosso Futuro Comum* (1988) e *Os limites do crescimento* (1972), fundamentais para este estudo. E por tudo o que fez pelo Brasil.

Às Professoras da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Carmen Correia de Oliveira, Profa. Dra. Telma Domingues da Silva. Profa. Carmen, que sempre me animou com amizade, carinho e orientação, alertando para os excessos. Profa. Telma, pelas sugestões e acolhida, pelos artigos enviados, fundamentais para este estudo.

Ao Coordenador Prof. Dr. Francisco Farias, pela bolsa Capes concedida. Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, pela oportunidade de estudar a Memória.

E a todos os professores do Programa de Mestrado: Profa. Dra. Regina Abreu, Prof. Dr. Amir Geiger, Profa. Dra. Vera Dobedei, Profa. Dra. Leila Ribeiro. Em especial à

Profa. Dra. Lucia Ferreira, que elegantemente nos conduziu para os estudos em Análise de Discurso.

A todos os colegas do Programa e especialmente aos da linha “Memória e Linguagem”, Fabiano, Marcelo, Carmem e Priscila, pela amizade, trocas e apoio. Em especial, ao Fabiano pela dissertação, na qual me apoiei.

À Samanta pelas transcrições do documentário e apoio, e, ao Sr. Gilberto, pela ajuda e apoio no dia a dia.

Aos meus pais pelo apoio.

Minhas tias pela acolhimento de toda a vida.

Minha irmã e meu cunhado pelo afeto, parceria e apoio de sempre.

Meus irmãos, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas pela alegria.

À minha família Beneditina, minhas amigas queridas e amigos, aqui no Rio.

Por fim, aos meus gatinhos, pelo amor irrestrito e companhia de todas as horas.

Quando a própria memória perde qualquer lembrança, como sucede quando nos esquecemos e procuramos lembrar-nos, onde é que, afinal, a procuramos, senão na própria memória.¹

¹ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad.J. Oliveira e A. Amborsio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011

RESUMO

As Campanhas institucionais televisivas sobre as espécies ameaçadas: A memória do discurso ambiental no Brasil (1980 a 1984), é um estudo interdisciplinar no campo da memória, que utiliza os arcabouços teóricos da Análise de Discurso (AD) da vertente francesa. Tem por objeto as condições da produção do discurso ambiental dos projetos de conservação de espécies ameaçadas, o Projeto Tartaruga Marinha e o Projeto Peixe-boi Marinho, delimitado nos primeiros quatro anos imediatamente anterior a 1985. A delimitação nos anos imediatamente anterior é porque em 1985 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro H. Brudland, começou a colher informações apoiados em depoimentos de especialistas de quase todos os países para entender os impactos que o modelo de desenvolvimento provoca nos recursos naturais planetários. A síntese desses depoimentos foi publicado no Relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado no Brasil em 1988. Nele foi apresentado o conceito do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, demonstrou a necessidade de mudar o modo de se relacionar com os recursos naturais. Foi com base neste documento que a ONU realizou a Conferência do Rio em 1992, a Rio 92, quando consolidou o conceito do desenvolvimento sustentável, como o novo paradigma no modo de desenvolvimento. Estabelecemos nosso *corpus* com o material de comunicação, considerado como uma das primeiras campanhas veiculadas pela televisão sobre o tema meio ambiente, tendo como núcleo temático, projetos criados pela agencia ambiental governamental sobre espécies em extinção marinha, locativos no Projeto Tamar e no Projeto Peixe-boi Marinho. Observamos as transformações do conceito de espécies ameaçadas e analisamos os enunciados do discurso ambiental nesse fragmento de tempo (1980 a 1984) com o objetivo de identificar para reconhecer os problemas que ocorrem no discurso ambiental, e buscamos respostas ao problema constituído a fim de compreendermos com os estudos em memória, ancorados nos arcabouços teóricos da AD, como o termo espécie ameaçada se configurava nesse tempo e verificarmos a suas transformações no processo de institucionalização do discurso ambiental.

ABSTRACT

The televising institutional campaigns on the threatened species: The memory of the environmental discourse in Brazil (1980 to 1984), is an interdisciplinary study on the memory field, using the french theoretical frameworks of the Analysis of Discourse. It's target is the conditions of the production of environmental speech of the endangered species conservation programs, such as *Projeto Tartaruga Marinha* and *Projeto Peixe-boi Marinho* (Sea Turtle Project and Marine Manatee Project), bounded on the first four years immediately before 1985. The delimitation of time is chosen so, immediately before 1985, because the *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* took place that year. Chaired by Gro H. Brudland, the commission began to gather information based on statements and testimonials from specialists from nearly every country to understand the impact that the development model impacts the natural resources of the planet. The synthesis of these testimonies was published on the *Relatório Nosso Futuro Comum*, and published in Brazil in 1988. The text presented the concept of sustainable development, the sustainability showed the need to change the way of our relation with the natural resources. Based on this document, the UN held the Earth Summit in 1992, in Rio de Janeiro, and consolidated the concept of sustainable development as the new paradigm for the development plans. We establish our *corpus* with the press material, considering it as one of the first campaigns transmitted by television on the environment theme, having as a thematic core, projects created by the *agencia ambiental governamental* on marine endangered species, specifically the *Projeto Tartaruga Marinha* and *Projeto Peixe-boi Marinho*. We'll observe the alterations of the concept of endangered species and analyze the enunciation of the environmental discourse through this fragment of time (from 1980 to 1984) in order to identify and solve the problems that appears on the discourse memory of environmental. We'll search for answers on the problematic in order to understand, along with the memory studies grounded in theoretical frameworks of Discourse Analysis, how did the concept of endangered species was configured at that time and we'll verify it's mutations on the process of institutionalization environmental discourse.

LISTA DE ABREVIACÕES.

AD	Análise de Discurso.
CDB	Convenção da Biodiversidade
CMC	Convenção das Mudanças Climáticas
CMSMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COP	Conferencia das Partes
DN	Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes
FRM	Fundação Roberto Marinho
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ITC	International Technical Conference on the Protection of Nature
ONU	Organização das Nações Unidas
PANSGNUSSG	Painel de Alto Nível da Secretaria Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global
PPGMS	Programa de Pós Graduação em Memória Social
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PE	Projeto Ecologia
PPBM	Projeto Peixe-Boi Marinho
PTM	Projeto Tartaruga Marinha
RIO +20	Conferencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

RIO 92	Conferencia da Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UNSCCUR	Conferencia Cientifica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
IUPN	União Internacional para a Proteção da Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

No percurso da memória	14
Justificativa	17
Construção do problema	22
Metodologia interdisciplinar	27
Corpus	31
Estrutura da dissertação	33

CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

1.1–A HISTÓRIA, A MEMÓRIA. UM DIÁLOGO	35
1.2 – DISCURSO AMBIENTAL NA HISTÓRIA	41
1.2.1 – ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO	50

CAPÍTULO II - DISCURSO AMBIENTAL

2.1 – MEMÓRIA, DISCURSO E AÇÃO	57
2.2 - INSTITUIÇÕES QUE CONSTROEM DISCURSOS	63
2.3 – REFLEXÕES SOBRE O CORPUS DA PESQUISA	68
2.4 - PROPOSTA ANALÍTICA	73
2.4.1 – QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE DISCURSAM	75
2.4.2 - PARA QUEM OS SUJEITOS DISCURSAM	79
2.4.3 - QUAL A CATEGORIA MAIS UTILIZADA	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Anexo A : transcrição dos textos das chamadas do PTM	95
Anexo B : transcrição do documentário Tartaruga Marinha	97

INTRODUÇÃO

Deste conjunto e ideias tiro analogias de coisas por mim experimentadas ou em que acreditei apoiado em experiências anteriores. Teço umas e outras com as passadas. Medito as ações futuras, os acontecimentos, as esperanças¹.

No percurso da memória.

Quando iniciamos os estudos na Memória Social, em 2011, vínhamos de longa jornada de trabalhos na produção de programas de televisão centrados no tema meio ambiente. Produzimos cerca de mil episódios a partir de 1990, para a série Globo Ecologia, vínhamos com um conjunto de ideias experimentadas. E dentre as ideias e experiências, lembramos que o nosso trabalho começou em 1980, quando realizamos um dos primeiros projetos de comunicação com enfoque ambiental.

Posteriormente, em 1990 criamos o Programa Globo Ecologia e ao longo dos 21 anos, até 2011, produzimos dos mais de mil episódios. Esta experiência nos possibilitou verificarmos a polissemia do conceito de sustentabilidade. E foi a polissemia que foi possível desenvolver vários episódios nas variadas perspectivas temáticas. Relacionamos o tema com a poesia, nas artes plásticas, no teatro, no cinema, nos trabalhos comunitários, no comportamento urbano. Por isso, inicialmente tínhamos a impressão de que todos os assuntos mereciam estudos mais aprofundados. Sabemos que para cada assunto existe a possibilidade de desenvolver pesquisas e estudos, por isso quando iniciamos no Programa de Pós- Graduação em Memória Social, a sensação foi de que não haveria limites. Entretanto, ao tomar contato com as orientações para preparar os trabalhos das disciplinas, e ao nos conduzirmos para a qualificação, as dificuldades apareceram, tantas quantas eram as possibilidades dos temas com potencial de estudo.

¹AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad.J. Oliveira e A. Amborsio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011.

Inicialmente buscamos nos arquivos do Centro de Documentação da Fundação Roberto Marinho e nos voltamos para as primeiras entrevistas gravadas pela produção do Globo Ecologia. São depoimentos de personalidades que se destacaram nas discussões do tema. Potencialmente havia neles a possibilidade de estabelecer o *corpus* de análise com esse material. Selecionamos entrevistas, assistimos aos depoimentos dessas personalidades, incluindo aqueles que participaram da Rio 92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Porém, ao iniciarmos o trabalho, o assunto se tornou novamente imenso e, curiosamente, desconhecido e fragmentado. Dessa percepção voltamos a estudar os documentos considerados fundamentais e procuramos o que poderia ser a gênese do discurso ambiental.

Começamos por organizar os assuntos relacionados aos estudos do meio ambiente. Percebemos que são vários os discursos em que prevalecem aqueles produzidos a partir de resultados das pesquisas no campo das ciências da natureza, como as ciências biológicas, química e física, com temas sobre a biodiversidade e mudanças climáticas. Nas ciências sociais, encontramos estudos no campo das ciências humanas, políticas e estudos em Análises de Discurso (AD). Nas ciências humanas e políticas os estudos observam os percursos dos movimentos sociais oriundos de vários segmentos sociais, e na AD apresentam-se estudos sobre os discursos produzidos nos diversos setores, como publicidade, programas de televisão, folhetos educativos e programas de governo.

Mas em qual dos discursos centrar? Assistimos ao material gravado com depoimentos das pessoas consideradas fundadoras do discurso ambiental. A busca pelo discurso fundador nos levaram para o primeiro trabalho profissional sobre o tema denominado o *Projeto Ecologia* (PE). A dinâmica desse projeto foi acompanhar os primeiros programas de pesquisas sobre espécies marinhas ameaçada de extinção, *Projeto Tartarugas Marinhas* (PTM) e *Projeto Peixe-boi marinho* (PPBM), nos anos de 1980 a 1984, com o objetivo de produzir vídeos para difusão institucional dos projetos e educação ambiental sobre as espécies.

Dessa forma encontramos e delimitamos o nosso **objeto de estudo**, que será, portanto, **o discurso sobre espécies ameaçadas no Brasil, tomando dois projetos de conservação que serão levados para uma divulgação ampla através da televisão**. No contexto imediato dos projetos de conservação de espécies ameaçadas: tartaruga marinha e o peixe-boi marinho, delimitados nos anos de 1980 a 1984, imediatamente anteriores a 1985.

Por que marcar o ano de 1985?

Porque 1985 pode ser considerado o ano em que o discurso ambiental começou a se transformar. No Brasil, a década de 80 é considerada aquela em que aconteceram novas construções discursivas, no qual relacionaram o modo de desenvolvimento com o meio ambiente. De 1985 até 1987 houve uma movimentação mundial que resultou na elaboração do conceito da sustentabilidade, ou do desenvolvimento sustentável, apresentado em 1987 por uma comissão especial, constituída pelo Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (PNUMA). A Organização, ao criar essa Comissão² especial, provocou reações, sobretudo nos países em desenvolvimento, que criaram subcomissões internas para promover audiências públicas com o objetivo de ouvir testemunhos sobre a realidade local. No Brasil ocorreram diversas reuniões em todas as regiões, e as finais aconteceram em São Paulo e Brasília, conforme o Relatório *Nosso Futuro Comum* (1988) “A Comissão realizou reuniões deliberativas em São Paulo e Brasília de 25 de outubro a 04 de novembro de 1985”. (CMSMAD, 1988, p.400).

Aparentemente, as ações do governo brasileiro, às quais nos referimos (de 1980 a 1984), estavam sob influência da Conferência de Estocolmo, de 1972 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Consideramos importante ressaltar as considerações de Gro Harlem Brudtland (1988) sobre os anos anteriores a 1972, no prefácio do Relatório *Nosso Futuro Comum*; Brudtland (1988) salientou que nos anos que antecederam a Conferência de 1972 houve uma sucessão de acontecimentos políticos no processo de cooperação multilateral, desde o final da Segunda Guerra. O otimismo dos anos 1960, como, por exemplo, a independência do países-colônia, “dotados de recursos naturais [...] um mundo novo e de ideias cada vez mais internacionais” (BRUDTLAND, 1988), foi intercalado com o isolamento político de diversos países em desenvolvimento³, conforme Brudtland (1988) destacou: “paradoxalmente, os anos 70 entraram pouco a pouco num clima de reação e isolamento”. A Conferência de 1972 teve como objetivo levar “os países em desenvolvimento e os industrializados a traçarem juntos os direitos da família humana a um meio ambiente saudável e produtivo” (BRUDTLAND, 1988).

² A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiado pela então ministra do Meio Ambiente da Noruega, Gro Harlem Brudtland, foi oficialmente criada em 1983 na sede da ONU. Em maio de 1984 realizou-se a reunião para estabelecer normas de procedimento e ação. No mesmo ano foi criada a Secretaria-Geral, e a primeira reunião formal do grupo ocorreu em outubro de 1984. As atividades começaram com a primeira reunião na Indonésia em 1985. No Brasil, as reuniões foram em São Paulo e Brasília, de 25 de outubro a 4 de novembro de 1985.

³ O governo militar no Brasil começou em 1964 e terminou em 1985.

Imbuídos da ideologia “do meio ambiente saudável”, baseado na conservação do meio ambiente, cujo objetivo eram as espécies ameaçadas, viajamos de 1980 a 1984 para a documentação em filmes e em fotos, trabalho considerado inédito, voltado à *conscientização* sobre as espécies marinhas ameaçadas de extinção no Brasil. Ainda estudante de Comunicação, tínhamos a crença de que a profissão seria uma ferramenta no esclarecimento da situação das espécies. E que a informação *conscientizaria* ou *educaria* as pessoas, e esse processo provocaria mudanças, a fim de reverter a situação das espécies ameaçadas. Com essa certeza, construímos as peças de comunicação. Em quatro anos produzimos documentários, reportagens para a mídia impressa e eletrônica, e campanhas para televisão e rádio.

A partir dessas lembranças, percebemos que o material produzido e veiculado pela televisão fez parte do momento em que o discurso ambiental começava a ser construído e difundido no Brasil. Entender esse momento determinou o **tema**, que é a **construção da memória do discurso ambiental**, delimitado **aos anos de 1980 a 1984**.

Não se trata de um fragmento na história linear do ambientalismo, mas de estudos em memória, conforme Gondar (2009), porque reflete uma “tentativa de responder a um feixe de problemas que se construiu, de maneira contingente, em um determinado momento” (GONDAR, 2009, p.13). O “feixe de problemas” no qual nos encontramos, neste estudo, baseia-se na percepção de que houve uma transformação discursiva a partir do novo enfoque ambiental que se construía, o conceito da sustentabilidade. Pesquisaremos sobre a memória de como ocorreram as construções discursivas sobre as mudanças ambientais, e a “circunstância da enunciação”; conforme definiu Orlandi (2002, p.30), “o contexto imediato [...] as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Justificativa.

O desenvolvimento do tema será no campo da **Memória Social**, cuja característica interdisciplinar nos instrumentaliza para as reflexões que vão além dos limites disciplinares. E muitos problemas dos temas ambientais estão nesses vãos, entre os limites, que as disciplinas não conseguem abranger. E os vãos que os estudos da Memória Social abrangem estão, para Gondar e Dobedei (2005, p.7), “inseridos em campo de lutas e de relação de poder, configurando um contínuo embate entre lembranças e esquecimento”. O campo interdisciplinar ou transdisciplinar permite transitar entre as diferentes disciplinas, “no entrecruzamento ou nos atravessamentos que ocorrem entre as disciplinas [...] quando as perguntas produzidas no

interior de cada uma delas atravessam suas fronteiras” (GONDAR, DOBEDEI 2005, p.7); portanto, esse atravessar faz “emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas” (GONDAR; DOBEDEI 2005, p.8).

As autoras consideram fundamental nos estudos interdisciplinares, sobretudo na Memória Social, “quando as contingências sociais se transformam, outros problemas são descobertos”. Nessa direção, nossos estudos utilizam as considerações de Gondar e Dobedei (2005), para estabelecer a construção do tema - memória do discurso ambiental nos estudos da **Memória Social**, e para problematizar relacionamos a **Análise de Discurso (AD)** da vertente francesa.

O arcabouço do campo da AD permite uma reflexão menos ingênua, segundo Orlandi (2002), “sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos ser capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2002, p.9), Nas considerações de Orlandi (2002) nos orientamos para entender como diversas questões, caras ao discurso ambiental, estariam em um processo de esquecimento. A problematização do tema tem como objetivo “perceber que não podemos estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2002, p.9).

Para entender a memória da construção do discurso ambiental, foi essencial perceber os elementos constitutivos dessa questão, ou seja, verificar estudos sobre o discurso ambiental das pesquisadoras em Análise de Discurso (AD) da vertente francesa, Telma Domingues da Silva (1996,1997, 2004) e Eni P. Orlandi (1996), utilizadas como importantes referências.

No artigo *A biodiversidade e a floresta tropical no discurso do meio ambiente e desenvolvimento*, Silva (1996) delimitou que o discurso ambiental pertence à categoria do discurso político, e “é constitutiva do discurso político a representação de uma mudança do real socio-histórico” (SILVA, 1996, p. 382). A partir dos enunciados da Rio 92 refletiu sobre os “processos de significação que envolvem a institucionalização da questão ambiental pela ONU”. No artigo *O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental* (1996), a autora avaliou o conceito de educação ambiental “deslocando essa questão de avaliação da *adequação da linguagem* para as *identificações produzidas pelos discursos*” (SILVA, 1996, p. 48). Este estudo é um referencial com o qual observaremos o nosso *corpus*, por ser material considerado institucionalmente voltado à conscientização sobre o meio ambiente.

A crítica que Orlandi (1996) faz no estudo *Enfoque linguístico/discursivo – o discurso da educação ambiental*, desenvolvido a partir do material impresso produzido para diversas campanhas de educação ambiental, nos quais encontramos alguma similaridade intencional discursiva ao lidar com o público. Nele, Orlandi (1996) identifica categorias discursivas utilizadas pela educação ambiental, que balizarão a nossa pesquisa sobre a categoria discursiva presente no material analisado.

Com os estudos do cientista político Agripa F. Alexandre (2003, 2012) sobre o movimento ambientalista no Brasil foi possível entender as diferentes correntes que compuseram o denominado movimento ambientalista no Brasil. Neles conseguimos verificar que os estudos sobre espécies ameaçadas de extinção têm uma trajetória que se baseia nas observações e nos trabalhos científicos de pesquisadores na área biológica. Somada aos estudos de Alexandre, a verificação dos estudos históricos de McCormick (1992), Pádua (2004) e Marcondes (2005), permitiu delimitar o objetivo específico nas espécies ameaçadas de extinção, como um feixe temático pertencente à família parafrástica do discurso ambiental.

John McCormick, ambientalista inglês, publicou *Rumo ao paraíso, a história do movimento ambientalista* (1992), no qual relacionou os acontecimentos científicos, políticos e grupos independentes ligados à perspectiva ambiental. Considerou o movimento ambientalista como revolução conceitual: “De todas as revoluções conceituais do século XX, poucos forjaram uma mudança tão universal e fundamental”.

Outro estudo que observa a ressonância dos acontecimentos relacionados por McCormick (1992) no Brasil foi da ambientalista Sandra Marcondes (2005), em *Brasil, amor à primeira vista*. A autora fez um percurso pelas instituições que trabalharam a questão ambiental do descobrimento do Brasil até os dias de hoje. De forma mais pontual, utilizaremos como referencial a pesquisa do historiador José Augusto Pádua (2004). O autor verificou cerca de 150 documentos, de 50 autores, e os analisou criticamente na publicação *Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista – 1786 - 1888*. Demonstrou que havia nessa época, no Brasil, preocupação com a destruição do meio ambiente.

A justificativa em trabalhar com esses estudos é porque os autores relacionam os acontecimentos históricos, sob a perspectiva crítica, ao modo de utilização dos recursos naturais pelas atividades econômicas. E demonstram que a opção de o Brasil movimentar sua economia pelo modelo de desenvolvimento que utiliza os recursos naturais, hoje considerada insustentável, já sofria críticas.

A década 80 é lembrada como aquela do acontecimento do conceito da sustentabilidade, considerado um acontecimento discurso paradigmático. Entretanto, os anos de 1980 a 1984, que antecederam o acontecimento da sustentabilidade são poucos lembrados. Além disso, no Brasil, foram os anos de transição do regime político. A marca do modo de se desenvolver, desse regime político que governou o país da metade final dos anos 1960 e durante toda a década de 70, ficou conhecida como “milagre brasileiro” (ALEXANDRE, 2003, p.81). Esse modo se pautou em grandes projetos de desenvolvimento, quando as atividades econômicas se relacionavam com a apropriação do meio rural por meio do desmatamento. Os sintomas, foram a erosão, a poluição dos mananciais e rios com fertilizantes, pesticidas e herbicidas. No meio urbano, os empreendimentos industriais poluíam o ar, a água, o solo e todo o entorno, ou seja, “os grandes projetos de desenvolvimento do governo eram eximidos de responsabilidade causados ao meio ambiente” (ALEXANDRE, 2003, p.81).

Consideramos, neste estudo, as publicações produzidas pelas instituições de pesquisa (cujo material de arquivo nos possibilitou a constituição do *corpus* para análise) do Projeto Tartarugas Marinhas, como *Assim nasceu o Projeto Tamar* (2000), sobre os 20 anos de atividades; do Projeto Peixe-boi marinho - *Peixe-Boi, a história da conservação de um mamífero brasileiro*, material organizado pelo então coordenador do Centro Mamíferos, Regis Pinto Lima, de 2001, e da *Fundação Roberto Marinho - 20 anos que valeram a pena*, editado pela Fundação Roberto Marinho (1998).

Por outro lado, utilizamos a definição conceitual para as publicações de comemoração como *lugar de memória*, do historiador Pierre Nora (1996). Comemorações que “interessam menos pelos acontecimentos em si mesmo que por sua construção no tempo”⁴ (NORA, 1996, p. 25)⁵. O teórico considera que as comemorações são memórias que ressurgem para significar o presente, e, são utilizadas para a reconstrução desses significados. Nas comemorações, o que menos importa é o acontecimento em si. As publicações comemorativas, nesse estudo, podem ser entendidas como lugares de memórias que dão significados para a construção da memória do discurso do presente. Publicações das quais utilizamos fragmentos como referência para a construção da memória, em diálogo constante com o arcabouço teórico da Análise de Discurso (AD).

⁴ [...]“que se interesa menos por los acontecimientos en si mismos que por su construcción en el tiempo” (NORA, 1996, p.25), in *La aventura de les lieux de mémoire*

⁵ NORA, Pierre. L'aventure des Lieux de mémoire. In Étienne Francois (org) *Lieux de mémoire. Erinnerungsorte*. Berlin: Les travaux du Centre Marc Bloch, Cahier, n.6, 1996.

Marcamos o ano 1985 por dois acontecimentos: último ano do governo militar no Brasil, tempo que registra a transição política, e também o ano em que a Comissão Brudland esteve no Brasil, ouvindo organizações, cientistas e subcomissões internas. O final do governo militar é marcado como um tempo por demandas por melhores condições de vida, que no entender de Alexandre(2003, p.84), essa reação política é pelo “efeito da contraproduktividade”, ou seja, “o emprego de tecnologias pesadas e altamente poluentes, que veio a sensibilizar os cidadão a demandarem por valores pós- materiais” (ALEXANDRE, 2003, p.84). Contudo, Alexandre (2003) observa que foi durante os anos 70 que surgiram associações urbanas que denunciavam os efeitos da poluição industrial. E, no início dos anos 80, ha um aumento significativo dos grupos de ambientalistas urbanos, no segundo período da década de 80, ou seja, a partir de 1985, no dizer de Alexandre (2003) referenciado nos estudos de Viola; Leis (1995, 1992), “eles são apenas quarenta no início da década, porém em 1985 já passam a somar quatrocentos em todo o País, chegando a alcançar setecentos”(ALEXANDRE, 2003, p.85). No Brasil, a Comissão Brudtland ouviu as pessoas desses grupos de ambientalistas em reunião realizadas em Brasília e São Paulo, durante o ano de 1985.

O Relatório *Nosso Futuro Comum* (1988) foi apresentado em 1987, após reuniões em dez países. A CMSMAD (1988, p.400), depois de ouvir “centenas de organizações e indivíduos [...]” e analisar “mais de 500 depoimentos por escrito, somando mais de 10 mil páginas de material”, apresentou o **conceito da sustentabilidade** e algumas diretrizes. O conceito foi consolidado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 – a Rio 92.

Exatos 25 anos após a Rio 92, a Secretaria-Geral da ONU instituiu o Painel de Alto Nível do Secretário-geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (PANNUSSG) para elaborar outro relatório, com o objetivo de inspirar a Conferência Rio +20. O Painel é formado por “chefes de Estados e de governos atuais e passados, ministros, bem como pessoas que tenham dado contribuições excepcionais às questões tratadas” (PANNUSSG, 2012, p.144). O Relatório, intitulado *Povos resilientes, planeta resiliente. Um futuro digno de escolha* (2012), confirmou e estabeleceu recomendações com os parâmetros conceituais da sustentabilidade para os países.

O tema ambiental é um dos pilares conceituais que, somados à questão social, são as principais diretrizes para promoção do desenvolvimento sustentável. O meio ambiente é, para o conceito da sustentabilidade, a fonte de recursos naturais, fundamental para manutenção do desenvolvimento. Espécies ameaçadas são sintomas de um modelo do desenvolvimento

insustentável. Entendemos que espécies ameaçadas são fatores limitantes, que determinam o modo de desenvolvimento. Determinações que devem regular o planejamento interno dos países, coordenados pelas convenções internacionais.

Os relatórios⁶ *Nosso futuro comum* ou Relatório *Brudtland* de 1988, e *Povos resilientes, planeta resiliente. Um futuro digno de escolha*, de 2012, são os documentos que balizam o discurso ambiental e, portanto, material essencial aos nossos estudos, por serem o referencial comparativo que justificará a construção da memória do discurso ambiental.

Portanto, a **justificativa** para este estudo na **Memória Social** é por que as questões que envolvem o meio ambiente tem apresentado desafios complexos para toda a sociedade. Para ilustrar essa complexidade, compartilhamos com as preocupações apresentadas pelo Visão do Painel, no Relatório *Povos Resilientes[...]* (2012, p.21): “o mundo vive uma prosperidade inédita, enquanto o planeta está sob um pressão sem precedentes”, a pressão é sobre os recursos naturais que continua intenso, “o aumento cada vez maior da desigualdade entre ricos e pobres, e, mais de um bilhão de pessoas vivem na pobreza”(PANNUSSG). Considerarmos que esse estudo contribua com novas reflexões sobre a política de conservação da biodiversidade no país. Também, devemos considerar que o campo da memória social, os estudos de linguagem e de discurso, apresentam uma novidade metodológica para observar o tema. Entendermos que a interdisciplinariedade, desse campo, nos permite ultrapassarmos os limites disciplinares necessárias para o entendimento do polissêmico conceito da sustentabilidade, e, assim possamos nos somar aos esforços globais na promoção da resiliência planetária.

Construção do problema.

A construção sobre a memória do discurso ambiental delimitado nos anos 1980 a 1984 utilizará o material do *Projeto Ecologia (PE)* da Fundação Roberto Marinho. O PE desenvolveu um programa de comunicação sobre as espécies ameaçadas de extinção, entre eles o Projeto Tartaruga Marinha (PTM) e o Projeto Peixe-boi marinho (PPBM). Observamos que o tema das espécies ameaçadas foi o agente motivador, a condição de produção, da agência ambiental governamental, ao instituir os dois projetos.

⁶ O Relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1988, foi a referência das três Convenções da Rio 92 (Convenção da Biodiversidade, Convenção das Mudanças Climáticas e Convenção da Desertificação) ainda em vigor. O Relatório *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolhas*, de 2012, foi a referência para a Conferência da Rio +20.

A condição de produção do discurso das três Convenções da Rio 92⁷ tinha no tema ambiental, e, nela as espécies ameaçadas de extinção, o contexto imediato que regulou as Convenções, principalmente a da Biodiversidade (CBD). Na Convenção sobre Mudanças Climáticas (CMC), as espécies ameaçadas são demonstrativos sintomáticos das consequências dos fenômenos climáticos. Dessa forma, o tema ambiental perpassa as Convenções assinadas durante a Rio 92.

O Brasil assinou as Convenções, do mesmo modo que todos os países que assinaram em 1992, no Rio de Janeiro; participamos ativamente na Conferência das Partes (COP), reuniões internacionais bianuais promovidas pelas Convenções, principalmente nas COPs da Biodiversidade e das COPs das Mudanças Climáticas, em que são mensuradas os avanços e os retrocessos de cada país.

Observamos, entretanto, que o discurso sobre as espécies ameaçadas, analisado sob os estatutos da memória, pode ser considerado pela **sensação de continuidade**, isto é, desde 1987 há a sensação de que a sustentabilidade se refere a todos os temas ambientais.

Para isso ressaltamos algumas considerações de Farias (2011) sobre a sensação de continuidade. Nesse sentido, destacamos a transformação do discurso sobre espécie ameaçada sendo atravessada pelo discurso da sustentabilidade visto na publicação comemorativa institucional do PTM: “para realizar esse trabalho o Tamar [...] desenvolve fontes alternativas de renda e incrementa o turismo ecológico nas áreas que revelam essa vocação” (TAMAR, 2000, p.80). O efeito nesse discurso é de aceitação natural do conceito de sustentabilidade, incorporado como a continuidade do discurso do espécie ameaçada de extinção, como uma continuidade institucional. O discurso da sustentabilidade, aqui ressaltado, é uma forma de viabilizar recursos para que a FPT possa auxiliar o Estado a conservar as espécies ameaçadas. Espécies ameaçadas, ou qualquer tipo de espécie da biodiversidade brasileira é de responsabilidade do Estado. Ou seja, as são ações distintas, para fins distintos, que se utilizam da sensação de continuidade pois, uma categoria de discurso se mistura com a outro categoria, para justificar um arranjo institucional.

Mas, como observou Farias (2011), mesmo que haja a sensação, a continuidade é “somente um estado captado ilusoriamente pelo homem” (FARIAS,2011, p.7), ou seja, a sensação de continuidade é ilusória, as transformações apresentam novos desafios, novas configurações, outras construções.

⁷ As três Convenções são: Convenção da Biodiversidade, Convenção das Mudanças Ambientais e Convenção da Desertificação.

No Relatório de 2012, o tema das espécies ameaçadas não aparece, como a questão ambiental deixou de ser uma das principais argumentações no conceitual da sustentabilidade. Para o Painel de Alto Nível das Nações Unidas (2012), o principal foco da sustentabilidade são as pessoas, conforme o Painel (2012) ressalta: “As pessoas são o foco da nossa visão de desenvolvimento sustentável”. Esclarece como o conceito de sustentabilidade deve ser entendido: “Hoje vemos com maior clareza que o crescimento econômico, proteção ambiental e igualdade social constituem a nossa agenda: a agenda do desenvolvimento sustentável” (PANNUSSG, 2012, p.5).

Depreendemos que, no discurso formado pelo Relatório de 2012, do Painel de Alto Nível das Nações Unidas (2012), o ambiente se tornou um sistema de apoio à vida na terra, com 7 bilhões de pessoas que deve ser preservado para as futuras gerações: “Preservar os sistemas de apoio na terra para as futuras gerações [...]” (PANNUSSG, 2012, p.5). Enquanto no Relatório de 1987 havia o reconhecimento explícito sobre a importância da biodiversidade, “a diversidade de espécie é necessária ao funcionamento normal dos ecossistemas e da biosfera” (CMSMAD, 1988, p.15), e as espécies ameaçadas constam da pauta de prioridades: “A prioridade básica é fazer com que o problema das espécies em extinção e dos ecossistemas ameaçados conste nas agendas políticas como item de maior importância [...]”(CMSMAD, 1988, p.15).

O *Relatório Brudtland* (1987) inspirou as Convenções que regem, desde então, as políticas públicas para o meio ambiente dos países signatários da ONU: Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção da Biodiversidade e Convenção da Desertificação (com maior foco na África). O tema, espécies ameaçadas, ficou diretamente localizado na Convenção da Biodiversidade.

Ao fazer parte da mesma ordem de enunciação, segundo Orlandi (2002), ao citar Pêcheux (1975), ou seja, no pertencimento a uma mesma ordem, é que se produz o esquecimento no discurso, pois “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser de outro”(ORLANDI, 2002, p. 35). O discurso ambiental é uma ordem com famílias parafrásticas, em que seus conceitos se desenvolvem com significados imbricados. Contudo, percebe-se que nos conceitos polissêmicos, como o caso da sustentabilidade, estabeleceu-se em nós uma “ilusão referencial” de que as espécies em extinção estão inseridas na polissemia do conceito, como diz Orlandi (2002), “uma relação natural” entre a palavra e a coisa. Em outras palavras, o esquecimento.

Esse “esquecimento” produz em nós a impressão de realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser coisa assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa (ORLANDI,2002, p. 35).

Portanto, conforme definição de Orlandi (2002), percebemos como a biodiversidade se relaciona com o conceito da sustentabilidade, pois em meio à lista de recomendações genéricas, com prioridades para o modo de se desenvolver, a biodiversidade ficou reduzida a esta sugestão do Painel (2012), resumida numa frase: “Preservar ecossistemas valiosos” (PANNUSSG, 2012, p.5).

O tema das espécies ameaçadas ficou implícito no enunciado “preservar ecossistema valiosos”. Na generalidade que enunciado propões que a questão das espécies ameaças se torna implícita. O problema das espécies ficou abrangida no polissêmico termo “ecossistema valioso”. É uma das formas do não dizer, mesmo presentes “[...] modos de expressão implícita que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito” (DUCROT, 1972 in ORLANDI 2011, p.65).

Pierre Achard (2010, p.12) considera que o estatuto do implícito se relaciona com a memorização, “a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação constitui uma paráfrase controlada por esta memorização”. Tomando como pressupostos as definições de Orlandi (2011) e Pierre Achard (2010), entendemos que a tema das espécies ameaçadas está implícito na paráfrase do discurso ambiental. Mesmo não dito.

Contudo, a regularização do estar implícito ou do não ser dito provoca o esquecimento, estatuto caro para o campo da Memória.

Com os estatutos em Memória e os arcabouços teóricos da Análise do Discurso, estruturamos **o problema da pesquisa** considerando a **nossa percepção, de que não houve mudanças referentes aos problemas ambientais** e que esse problemas continuam. Por outro lado, o polissêmico conceito da sustentabilidade parece apresentar equívocos na ideologia do discurso ambiental. Dessa forma, podemos **admitir a premissa** de que o conceito da sustentabilidade atravessou o discurso ambiental que se construía nos anos de 1980 a 1984. Por conseguinte, podemos **considerar** que os projetos de conservação de espécies ameaçadas se apropriaram do conceito da sustentabilidade.

Portanto, o **objetivo geral** dessa construção no campo da Memória Social sobre a memória do discurso ambiental, delimitado nesse fragmento do tempo, sobre projetos de conservação de espécies ameaçadas é por entendermos que o problema constituído em nossos estudos, estão em transformação. Ou seja, nossa objetivo é identificar e reconhecer os problemas que ocorrem no interdiscurso ambiental, encontrarmos respostas ao problema constituído para, compreendermos com os estudos em memória e os arcabouços teóricos da AD, como o conceito de espécie ameaçada se configurava no tempo delimitado, e quais foram os processos de transformações de discurso ambiental.

Por isso verificamos algumas evidencias na construção do termo (espécies ameaçadas), e entendemos que se iniciou com grupos de cientistas e intelectuais, quando durante seus estudos em campo observaram a diminuição dos espécimes. Na maioria dos casos eram pesquisadores da área biológica, ou pessoas admiradoras da natureza, de variadas profissões, que formavam grupos como, por exemplo, o clube de observadores de aves. Ao longo desse percurso, associações foram criadas, políticas foram sendo executadas e o tema se institucionalizou. Atualmente é regido pela Convenção da Biodiversidade (CDB) instituída durante a Rio 92.

O desenvolvimento sustentável poderá ser considerado um acontecimento discursivo pertencente à ordem discursiva de temas ambientais, formulado e apresentado pelo *Relatório de Brudtland* (1987) e consolidado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, a Rio 92. Nele, o ambiente, de modo abrangente, incluindo o conceito das espécies ameaçadas, é o alicerce.

Observamos que o discurso da Comissão (1988, p.14) provoca efeitos ao informar que “as espécies do planeta estão em risco”, e em seguida abre a possibilidade de que há “tempo de deter o processo” de desaparecimento dessas espécies. É um efeito de sentido.

Portanto, o **objetivo específico** deste estudo é compreender as marcas que identificam as construções que constroem os efeitos de sentido do termo espécies ameaçadas. Para compreender essas marcas, esta pesquisa se utilizará de algumas **premissas**:

- O termo espécies ameaçadas, **sofre o efeito do esquecimento**, da ordem da enunciação da família parafrástica, ou está sob **o efeito de deslocamento**.
- Por outro lado, também o termo pode estar sob o **efeito de ruptura** no processo de significação do conceito.

- Também devemos considerar que o termo pode **estar em transformação**, cuja **opacidade e o implícito** apresentam um **efeito em forma de apagamento**.

Metodologia interdisciplinar.

A partir da interdisciplinariedade dos estudos da **Memória Social** estabelecemos diálogos na linha de pesquisa **Memória e Linguagem**, a partir de leituras dos arcabouços da **Análise de Discurso**, para melhor observar o funcionamento do discurso ambiental na sociedade.

Com os estudos teóricos de Maurice Halbwachs (2006), na *Memória coletiva*, começamos a entender que o discurso ambiental é uma construção com lógica própria, definido por ele como “uma lógica de percepção”, e que essa lógica se impõe à sociedade que, por sua vez, passa a concatenar os acontecimentos, ou seja, no dizer de Halbwachs (2006, p.61), “que se impõe ao grupo e o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior [...] cada vez que percebemos, nós nos conformamos a essa lógica”. Regidos e ancorados por essas definições teóricas esclarecedoras de Halbwachs (2006) de que “lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe”, estabelecemos a nossa construção sobre essa memória.

A memória, entendida como processo psíquico, “que tem por finalidade inscrever as ocorrências memoráveis, configurando uma espécie de capítulo da existência”, ou que processar a ideia de “que a vida é uma continuidade espacial, temporal, da incorporação de acontecimentos” (FARIAS, 2011).

O conceito de comemoração de Pierre Nora (1996) clareia a construção dessa memória, pois, se os acontecimentos interessam “pela sua reutilização” (NORA, 1996, p.25) na construção desses significados no tempo, é possível destacar na narrativa a trajetória da institucionalidade da política de conservação das espécies ameaçadas. As tartarugas marinhas são significadas como patrimônio internacional, e isso justificou a criação de um programa de proteção governamental.

Não havia qualquer programa ou unidade de conservação marinha no Brasil. A legislação federal em vigor – lei 5197/67 - era genérica e se restringia a proibir o comércio de produtos e subprodutos da fauna silvestre. Toda ação governamental era dirigida exclusivamente à proteção dos parques nacionais e reservas biológicas terrestres. Mas existiam acordos internacionais, muitos deles com a participação do Brasil, que protegiam as tartarugas marinhas. (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2002, p.21)

Esta pesquisa utiliza as definições de Orlandi (2002) sobre os conceitos de memória discursiva e interdiscurso, pois temos como referência suas definições sobre o contexto imediato e o contexto amplo. Assim, entendemos que **o contexto imediato** que circunstanciou as condições de produções do discurso ambiental foram as ações tomadas pela agência ambiental do governo ao implantar um programa de conservação das espécies, aqui representadas pelos PTM e PPBM. No **contexto amplo**, percebemos que as ações da agência ambiental governamental derivam dos acordos das convenções internacionais. Esses acordos ressoam nos sujeitos institucionais que, conjuntamente, modelaram os enunciados sobre as espécies ameaçadas.

O conceito de **memória discursiva** dito por Orlandi (2002, p.31) tem na memória “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Para Jean-Jacques Courtine (2009), por meio da memória discursiva a prática do discurso político constrói seus efeitos de sentidos; “a partir de determinada posição em uma conjuntura dada” (COURTINE, 2009, p.106), a memória discursiva trabalha com uma memória coletiva. Conjuntura que o autor questiona: “Como o trabalho da memória coletiva permite, no interior de uma formação discursiva, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também esquecimentos desses elementos de saber que são os enunciados?” (COURTINE, 2009, p.106).

À essas interrogações, o autor considerou que memória discursiva toma forma de repetição, constituída na espessura estratificada de citações e remissões, “mediante a qual as formulações-origem derivam de um trajeto, ao longo do qual elas se transformam, desaparecendo para ressurgir mais adiante” (COURTINE, 2009, p.238). As formas de repetição de uma determinação da formação discursiva, o interdiscurso, “funciona como um preenchimento, produção de efeito de consistência no cerne de uma rede de formulações, repetição na ordem de uma memória plena” (COURTINE, 2009, p.238). Para Courtine (2009), a compreensão do processo de constituição do sujeito ideológico está na relação entre memória e discurso:

[...] compreender o processo de constituição de um sujeito falante em sujeito ideológico em seu discurso: o que significa “lembrar-se”, “esquecer” e “repetir” para um sujeito enunciativo considerado no desenvolvimento das práticas discursivas reguladas pelas FD? A questão também é política, no

momento em que se inventam formas de dominação legitimadas por uma *política sem memória*. (COURTINE, 2009, p.238)

A **Memória Social**, por ser um campo de estudos interdisciplinar, possibilita a construção da tema ambiental, utilizando os acontecimentos discursivos organizados pelos estudos nas ciências humanas como, por exemplo, história, antropologia, ciências políticas e comunicação social.

Da antropologia há as críticas de Geertz (1989), que utilizaremos como referencial, por vezes até mesmo subjetivo apontado em suas críticas no artigo *Impacto do conceito de cultura sobre o conceito do homem*, em que explicitou como as construções teóricas podem direcionar o entendimento sobre as relações humanas, juntamente com o entendimento da “lógica de percepção” que Halbwachs (2009) propõe na *Memória coletiva*. Além disso esse efeito de sentido do conceito *impacto* é muito utilizado pelas ciências ambientais, sobretudo para qualificar a relação da construção da cultura como impacto ao meio ambiente.

O tema ambiental atual é uma construção cultural baseada nas observações do impacto das atividades humanas que afetam o meio ambiente. Com o que Geertz (1989) propõe, podemos inverter essa perspectiva, observar como as mudanças ambientais impactam a construção da cultura, e que talvez sejam as mudanças ambientais que determinam o processo da construção do conceito de cultura.

Dessa forma a perspectiva de Geertz (1989) que somadas a Halbwachs (2006), deverão nos manter atentos sobre a questão, portanto a ênfase dos nossos estudos será desenvolvida na observação do modo como foi construído o discurso ambiental. Observaremos esses modos e como os efeitos de sentidos são provocados pelo discurso, investigando a linguagem dos sujeitos construtores do discurso.

Ao constituir o corpus, foi preciso verificar quais eram os sujeitos que discursavam sobre o tema das espécies ameaçadas. Entendemos que na polissemia do discurso ambiental se encontrava a diversidade de temas, apropriados pelo movimento ambientalista brasileiro. Essa observação foi percebida a partir dos estudos do cientista político Agripa F. Alexandre (2003; 2012) sobre o movimento ambiental no Brasil, que possibilitou a delimitação desse feixe temático dentro do polissêmico discurso. Entendemos que os sujeitos que movimentavam o discurso ambiental, construíram instituições como forma legais de atuação política.

Essas construções compartilhadas e significadas socialmente, os arranjos ou outros acordos institucionais são temas que os estudos em Memória Social clarearam para

observarmos os gestos (as ações compartilhadas) dos sujeitos institucionais do corpus deste estudo. Contudo, Farias (2011) ressalta que a memória não é a recuperação anacrônica do passado, mas “a reconstituição do presente, realização e atualização mediante mecanismos de linguagem no âmago das práticas sociais” (FARIAS, 2011). Francisco Farias (2011), docente e pesquisador do PPGMS,⁸ que organizou a publicação *Apontamentos em memória social* (2011), na qual discorreu sobre as várias acepções de memória, teoriza que a continuidade não combina com a fragmentação contemporânea do modo de viver, “caracterizada por perdas constantes, o que configura estados marcantes de ruptura” (FARIAS, 2011). Paradoxalmente, como observa o autor, há aumentos significativos dos lugares de memória.

Seria essa uma tentativa de recompensar o caráter fragmentário, efêmero e fugidio da memória diante da multiplicidade de sentidos e das distintas formas de representações?

Vista sob esse prisma, a memória pode ser considerada sob outra vertente: o processo de fundamental importância no contexto das transformações sociais. (FARIAS, 2011, p. 7)

O autor englobou as experiências de vida e as variadas formas institucionalizadas de ações grupais como matéria de memória.

[...] concerne às construções realizadas pelo homem em ações compartilhadas, no contexto das relações sociais, significando os fatos vividos que adquirem seus sentidos na medida em que são alçados à condição de memória. (FARIAS, 2011, p. 7-8)

Ao enxergar os sujeitos institucionais e suas ações e entendê-los como parte de uma realidade social construída, contamos com *A construção social da realidade* dos sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2008), da qual utilizamos alguns conceitos, para perceber que na repetição diária das práticas conservacionistas nas praias se construiu um conjunto simbólico de imagens com significados para a conservação das espécies. O processo de institucionalização, analisado por esses estudos, deu-se quando as novas ações conservacionistas começaram a atuar coletivamente. Isto é, quando as ações conservacionistas de proteção passaram a substituir as antigas ações predatórias.

Do artigo *Memória e discurso: um diálogo promissor*, de Oliveira e Orrico (2005), entendemos que as ações que promoveram construção do conceito espécies ameaçadas é uma construção discursivo – metafórica, proveniente da linguagem científica. Essa percepção foi

⁸ PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – UNIRIO.

mais bem esclarecida quando as autoras definem que, ao tomar o discurso como um acontecimento “leva o surgimento de implicações sobre os sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem [...]” (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p 80). Portanto, observar o referencial dos sujeitos que constroem o discurso, nesse caso o científico, foi fundamental para observar o objeto desse estudo, as condições de construção do discurso ambiental, mas também os sujeitos construtores. Conforme definem as autoras, “o condicionamento das formações, tanto discursivas quanto ideológicas, na elaboração e ordenação dos discursos que se produzem nesse contexto” (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.81). Contudo, entendemos que o conceito da lista de espécies ameaçadas, que no dizer de Oliveira e Orrico (2005, p.74) se institui “como evidenciadora” de um método que, pode ser interpretado como a manutenção de um método científico de estudar a natureza, a taxonomia.

Portanto, a percepção de que o conceito de espécies ameaçadas é um método científico de estudo e avaliação das coisas da natureza e constituidora da memória foi possível a partir dos estudos interdisciplinares da Memória Social, em consonância com a Análise de Discurso, que possibilitaram que este estudo identificasse nas análises os “entremeios disciplinares”, conforme Orlandi (2008, p.8), e que permitem “os novos gestos de leitura como forma de conhecimento” como um dos princípios teóricos. Além disso, para identificar “nos interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória entre sua teoria e sua prática de análise” (ORLANDI, 2008, p.8 in PÊCHEUX, 2008).

O corpus.

Para constituir o *corpus* utilizaremos como base aquelas definidas por Orlandi (2002, p.62) na *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*, em que a autora considera que “a delimitação do *corpus* não segue critérios empírico (positivistas), mas teóricos”, cuja distinção é o *corpus* ser experimental ou de arquivo. Definimos que o *corpus* deste estudo é de arquivo.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), para a AD o *corpus* define o objeto de pesquisa, “pois ele não preexiste [...] mais precisamente, é o ponto de vista que constrói um *corpus*, que não é um conjunto pronto para ser transcrito” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.138). Destacamos a primeira campanha composta de oito vídeos de 30 segundos,

veiculada pela televisão brasileira de 1980 a 1984, sobre as espécies ameaçadas e o primeiro documentário institucional sobre as tartarugas marinhas.

A natureza da linguagem do *corpus* que se constituirá a análise serão **os textos transcritos dos vídeos** produzidos pelo *Projeto Ecologia* para atender ao Projeto Tartarugas Marinhas e o Projeto Peixe-boi marinho, material arquivado no Centro de Documentação da Fundação Roberto Marinho, a instituição produtora. Os vídeos são de duas categorias distintas, sendo a primeira **os textos transcritos de um grupo de oito vídeos com 30 segundos** de duração, intitulado chamadas⁹, e a segunda é **o texto transcrito do primeiro documentário institucional, com 15 minutos de duração**, sobre o Projeto Tartaruga Marinha.

Nele podemos entender a construção da rede de sentidos do discurso ambiental e os elementos implícitos (político e científico) que interpelaram essa construção ao estabelecermos as seguintes categorias:

- Categoria 1 – Quais são os sujeitos que discursam?
- Categoria 2 - Para quem os sujeitos discursam?
- Categoria 3 - Qual é a categoria discursiva mais utilizada pelo discurso ambiental?

Consideramos a homogeneidade desse conjunto que apresenta as características que o referencial teórico na AD indica como essenciais para estabelecer o *corpus*. É preciso que o *corpus* forneça dados que demonstrem as categorias que pesquisamos, do qual “são ao mesmo tempo os próprios dados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.138).

Constituir o *corpus* para a análise foi um movimento complexo que se baseou na necessidade de buscar outros materiais para que fosse possível construir a memória, mas para estabelecer o que Courtine (2009) chamou de *análise contrastiva* ou como referencial. Constam como apoio para a construção da memória e assunto para análises o material comemorativo, por nos possibilitar uma *análise contrastiva*, no sentido de entender como as instituições se relacionaram com os acontecimentos discursivos dos Relatórios das Nações Unidas: *Nosso Futuro Comum*(1988) e *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha* (2012). Produzindo o que Courtine (2009) denominou de um “efeito de contraponto” em relação ao acontecimento discursivo da sustentabilidade.

⁹ Chamada é o nome técnico para as peças institucionais que chamam os programas da programação normal, como por exemplo: “não perca, sábado às 18 horas” e utiliza o mesmo tempo de duração dos comerciais, isto é normalmente com 15”, 30” e 60”no máximo. A FRM tinha somente esse espaço institucional na programação, com ela passou a desenvolver campanhas de seus projetos.

Estrutura da dissertação.

Eis um breve apanhado do tema ambiental que organizamos em nosso estudo. Estruturamos a dissertação em dois capítulos: no primeiro, o qual nomeamos *Construção da memória*, com estatutos da memória observamos o discurso ambiental nas construções históricas de estudiosos no tema. Estudamos documentos e pesquisas para entender a lógica no qual o discurso ambiental se construiu. Achamos oportuno considerar alguns fragmentos que observarmos sobre a construção do conceito de cultura, valendo-nos da característica interdisciplinar do campo deste estudo. Na segunda parte do primeiro capítulo destacamos em McCormick (1992) acontecimentos que o autor considerou determinantes para a institucionalização do discurso ambiental. Pautamos os destaques nas consequências dos experimentos atômicos, após o término da Segunda Guerra e na publicação do *Silent Spring*, da bióloga marinha Rachel Carson (1962), que provocaram o movimento nomeado pela mídia norte-americana como o movimento ambientalista, e que se destacaram como o tema dos anos 70. A ressonância do movimento baseou-se nos estudos de Agripa Alexandre (2003). Ainda nessa parte, achamos oportuno adentrar o tema das espécies em extinção para localizar os projetos que são objeto do nosso estudo, que se configuram em meio a tantos feixes temáticos e com os estudos sobre a *Memória da divulgação científica: um discurso informacional* de Orrico (2012). E entender o sentido do conceito da lista de espécies ameaçadas de extinção.

No segundo capítulo, *Discurso ambiental*, verificamos o discurso por meio do material da campanha produzida para a televisão do Projeto Tartaruga Marinha e Projeto Peixe-boi marinho. Iniciamos com um diálogo teórico sobre os significados do conceito de memória, discurso e ação. A memória se relaciona com o discurso para provocar o efeito de sentido. Ao observar os enunciados da campanha sob o efeito do conceito de memória discursiva em Courtine (2010), formação ideológica (FI) de Pêcheux (2011), compreendemos a estrutura do discurso ambiental, e entendemos que o discurso ambiental é uma construção de sujeitos institucionais. Por isso desenvolvemos o item *Instituições constroem os discursos*. Na proposta analítica investigamos as categorias que permeiam esse estudo pelo corpus, para entender alguns enunciados que compõem as formações discursivas presentes no discurso ambiental.

Por fim, nas *Considerações finais* será possível verificar as hipóteses admitidas e consideradas por esse estudo. Se as confirmamos ou as refutamos para o estabelecimento dos objetivos gerais e objetivos específicos. Enfim, considerar como as articulações das formações discursivas presentes no discurso ambiental são percebidas com os estatutos do estudos em memória, problematizados com os arcabouços da AD.

Esperamos que esses estudos na Memória Social articulados com estudos da Análise de Discurso, desenvolvidas na linha de pesquisa Memória e Linguagem possam se tornar importantes ferramentas de observação para os estudos interdisciplinares e transdisciplinares sobre o polissêmico conceito da sustentabilidade

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Agora vejo que as distingo de um modo inteiramente diferente daquele com quem as distingui tantos vezes, quando, com frequência, as considerava.¹⁰

1.1- DISCURSO AMBIENTAL NA HISTÓRIA

Neste capítulo pesquisamos, pelo campo da memória, como historiadores e ambientalistas construíram o discurso ambiental na história. Portanto, o primeiro capítulo, *Discurso ambiental na história*, é um estudo baseado nas concepções teóricas da *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (2006), entre as quais destacamos o conceito da “lógica da percepção”. Constatamos que neste estudo da memória do discurso ambiental, a lógica de percepção esclareceu, em muito, essa construção. No dizer de Halbwachs (2006, p.61), uma “lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior”. Com essa percepção, nossa construção, portanto, se baseia em estudos que examinaram e relacionaram os acontecimentos na lógica em que se construiu o discurso ambiental.

Após o estudo de documentos constituídos nos dois Relatórios sobre meio ambiente e desenvolvimento da ONU, e, de pesquisas de historiadores ambientais e ambientalistas. Nos apoiaremos e utilizaremos trechos das pesquisas de John McCormick (1992), *Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista*; de José Augusto Pádua (2006), *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*; de Marcondes (2005), *Brasil, amor à primeira vista. Viagem ambiental no Brasil do Século XVI ao XXI*. O estudo *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro, uma nova contribuição à crítica do movimento*, do cientista político Agripa Faria Alexandre (2003) nos referencia para entender a ressonância do movimento ambientalista no Brasil.

¹⁰ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad.J. Oliveira e A. Amborsio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011.

Consideramos que o meio ambiente, aqui, é tudo o que está ao nosso redor, sob o ponto de vista mais abrangente possível, como a atmosfera, o solo, a água, os minerais, as florestas e o mar, entendemos que o discurso ambiental é aquele que explica as atividades humanas relativas ao meio ambiente. Essa será a “lógica da percepção” que permeará a construção da memória do discurso ambiental.

Achamos oportuno considerar fragmentos que observarmos sobre a construção do conceito de cultura, valendo-nos da característica interdisciplinar do campo deste estudo. Dessa forma, nos permitimos incorporar a crítica antropológica que Clifford Geertz (1989) apresentou no artigo sobre *Impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*, em que é possível afirmar que o ambiente está imbricado no homem. Integrar o meio ambiente à cultura e destacá-la na produção dos sistemas de símbolos como expressão cultural e religá-lo à memória da ancestralidade do homem com a natureza.

O percurso feito por Geertz (1989) indica uma modernidade deslocada, pois o sujeito ficou centralizado nele mesmo, provocando a assimetria. A partir do conceito de cultura como campo de estudo, percebe-se como são estabelecidas as singularidades do indivíduo frente à diversidade da relação com o ambiente.

A Era Glacial alterou o equilíbrio das pressões seletivas para o Homo em evolução, de forma tal a desempenhar o principal papel orientador em sua evolução. O aperfeiçoamento das ferramentas, a adoção da caça organizada e as práticas de reunião, o início da verdadeira organização familiar, a descoberta do fogo e, o mais importante, embora seja ainda muito difícil identificá-la em detalhe, o apoio cada vez maior sobre os sistemas de símbolos significantes: linguagem, arte, mito, ritual para a orientação, a comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual ele foi obrigado a adaptar-se (GEERTZ, 1989, p. 34/35).

Respostas à adaptação ao meio ambiente estão na construção da cultura. Geertz (1989), no entanto, questiona o percurso sobre os métodos científicos utilizados pela antropologia moderna no estudo sobre a construção conceitual do homem, que em sua essência é complexa. Se o meio ambiente é o espaço para o homem viver, por conseguinte na relação com o meio se construiu a cultura.

Para Halbwachs (2006, p.160), o ambiente recebe a marca do grupo, mas o grupo se molda de acordo com o ambiente. “Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido” que, no dizer de Geertz (1989, p 35), é um “sistema de símbolos significantes”.

Observaremos os gestos de duas construções discursivas, nas quais se percebem como os acontecimentos históricos foram redescobertos e atualizados. São acontecimentos sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente, ou seja, construções históricas que se preocupam com o impacto que o desenvolvimento econômico causa ao meio ambiente.

Inicialmente, a pesquisa de John McCormick (1992) da Universidade de Indiana, em seguida o historiador José Augusto Pádua (2006), do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

McCormick apresentou na publicação *Rumo ao paraíso – A história do movimento ambientalista* (1992), acontecimentos relacionados à crítica ao modo como o homem trata o meio ambiente desde a antiguidade, época dos sumérios, quando as cidades foram abandonadas por causa da salinização nos campos produtivos decorrentes da irrigação. E ainda em Platão. Segundo o autor, Platão se preocupou com o excesso de desmatamento nas colinas da Ática para a produção de carvão, ou seja, na antiguidade e no mundo clássico, notas destacadas por McCormick (1992) para demonstrar que a preocupação com o meio ambiente e o processo de produção econômica são questões que se pertencem.

McCormick (1992) destacou que a configuração dessa forma discursiva, característica do movimento ambientalista, parece ser de origem norte-americana; entretanto, o autor destaca que os primeiros grupos protecionistas surgiram na Grã-Bretanha na década de 1860 (McCormick, 1992), suscitados pelas “descobertas científicas quando os sinais de degradação se tornavam evidentes para mais pessoas” (McCormick, 1992, p.15). Nos Estados Unidos a questão emergiu nesse formato apenas na virada do século. As movimentações, mesmo que pequenas, eram suscitadas “à medida que a ciência revelava mais sobre a estrutura da natureza” (McCormick, 1992, p.16), somadas às informações científicas. A mobilidade foi outro fator, pois, segundo o autor, “as pessoas ganhavam mais mobilidade e passavam a olhar para além da vizinhança imediata” (McCormick, 1992, p.16).

No Brasil, o historiador José Augusto Pádua (2004) demonstrou que o tema mobilizou cientistas, intelectuais e políticos desde o século XIX. Em sua publicação *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista - 1786 – 1888* (2004), o autor levanta historicamente “a existência de uma reflexão profunda sobre os problemas da destruição e do meio ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888” (PÁDUA, 2004, p. 10), e faz considerações sobre o surgimento do pensamento ambientalista atual. Ao pesquisar, procurou retroceder “em alguns séculos a cronologia da controvérsia ambiental” e redescobriu documentos nos arquivos públicos que

desvelaram uma história própria sobre “as origens e a identidade da consciência ecológica” (PÁDUA, 2004, p.10). O autor encontrou vários autores que estavam “praticamente desaparecidos da memória do intelectual brasileiro”. (PÁDUA, 2004, p.10)

E mesmo nos casos dos autores famosos, como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, a literatura histórica e sociológica ignorava os componentes ambientais do seu pensamento, exceto por algumas poucas menções pontuais. (PÁDUA, 2004, p.10)

E, ao pesquisar os pensadores “esquecidos”, deparou-se com uma crítica ambiental do pensamento político brasileiro, “[...] essa tradição crítica em processo de gestação encontrou sua expressão mais profunda e sistemática na obra de José Bonifácio”. (PÁDUA, 2004, p. 16) A “tradição crítica”, esclarece o autor, não se trata “da tradição no sentido estrito do termo: uma doutrina básica transmitida ao longo do tempo” (PÁDUA, 2004, p.12), mas ainda sim uma tradição, pois está ligada a uma forma de transmissão dessas preocupações sobre o uso dos recursos naturais que o autor constatou tratar-se de um conjunto de preocupações recorrentes e retomadas ao longo dos anos, o que considerou como acumulativa.

[...] a existência de conjunto de preocupações de temas e ideias que foram retomados ao longo do tempo de forma recorrente e, em grande parte acumulativa. Esse processo envolveu o estabelecimento de uma linhagem de pensadores; em muitas ocasiões, os autores mais recentes citaram os mais antigos, promovendo uma dinâmica coletiva de produção intelectual. (PÁDUA, 2004, p.13)

Contudo, essas preocupações, segundo o autor, eram essencialmente “políticas, científicas, antropocêntricas e economicamente progressistas [...] profundamente enraizadas no ideário iluminista herdado do século XVIII” (PÁDUA, 2004, p.13) O autor pesquisou cerca de 150 textos e mais de 50 autores que tratavam do tema da destruição da floresta e as consequências climáticas.

O material que fui capaz de levantar incluiu cerca de 150 textos, produzidos por mais de 50 autores, nos quais se discutiram de forma direta, em um período de 102 anos, as consequências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos etc. (PÁDUA, 2004, p.11)

Os estudos de Pádua (2004) demonstram que o discurso construído para o tema ambiental no Brasil dessa época se relacionava à forma de desenvolver o país, ou seja, na opção política de se construir o Brasil. Apesar das críticas dos intelectuais, políticos e cientistas da

época, a prática que prevaleceu foi o modelo do lucro mais rápido, sem considerar os estudos sobre a natureza.

Os pensadores aqui analisados, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. (PÁDUA, 2004, p.13)

Nos trechos destacados observa-se que as questões preponderantes dizem respeito a florestas, que no geral guardam mais registros, ou ainda o tema recursos marinhos não despertou a atenção dos pesquisadores. Entretanto, destacamos uma passagem que Pádua (2004) registrou sobre o primeiro texto de José Bonifácio, publicado em 1790 pela Academia de Ciências de Lisboa, com duas observações: a primeira, por ser artigo de memória de José Bonifácio, *Memória sobre a pesca da baleia e a extração de seu azeite (1790)*. A segunda, por ser sobre uma espécie marinha e não preocupação sobre os recursos naturais, como a floresta ou a água. Entretanto, Bonifácio (1790) demonstra que a preocupação sobre as espécies não era pela espécie em si, mas pela técnica utilizada sem o auxílio da ciência, comentado por Pádua (2004) como a preocupação preponderante do pensador.

[...] fundada na economia da natureza e na defesa do progresso econômico como instrumento civilizatório; a apologia da racionalização das técnicas produtivas através da aplicação pragmática de conhecimento científico; e a crítica da exploração destrutiva dos recursos naturais. (PÁDUA, 2004, p.134)

A crítica de Bonifácio, segundo Pádua (2004), não era a utilização da baleia como recurso, mas a forma como era explorada, qualidade das técnicas e a falta de racionalidade: “Tratava-se do pior dos mundos possíveis: a quantidade pescada era pequena, mas a qualidade dos métodos empregados era tão destrutiva que o recurso estava se dizimando [...]” (PÁDUA, 2004, p.135).

O historiador depreendeu da memória de Bonifácio (1790) a perspectiva econômica sobre a falta de racionalidade da atividade; entretanto, o trecho destacado por Pádua (2004) sobre a memória de Bonifácio (1790) demonstra como observou a espécie.

têm elas tanto amor ao seus filhinhos que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite. E se porventura lhes matam não deixarão o lugar sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões. E seu amor é tamanho que podendo demorar-se no fundo da água por mais de meia hora sem vir respirar acima, e escapar assim ao perigo que as ameaça, folgam antes expor a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem respirar por tanto

tempo. Esta ternura das mães facilita sem dúvida a pesca [...] (BONIFÁCIO, 1870, Apud : PÁDUA, 2004, p.135)

Nesse fragmento de Memória de Bonifácio (1870) depreende-se que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...] A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p.9).

A pesca da baleia no Brasil continuou até o século XX, e levou muitas espécies à beira da extinção. Um século após, no final nos anos de 1970, emergiram vários movimentos, liderados por organizações civis de distintos países, inclusive o Brasil. As memórias de Bonifácio (1790) comunicaram até o século XX, pois o movimento para proibir a atividade pesqueira foi um dos que mais mereceram destaque do movimento ambientalista internacional. No Brasil teve o apoio de cientistas, organizações civis, políticos e cidadãos comuns, além dos meios de comunicação. Fundamentados em estudos científicos mais aprofundados, que comprovavam que as espécies vinham ao litoral brasileiro para cumprir seu ciclo reprodutivo, pois é o local de reprodução de várias espécies de baleias. Elas migram do continente Antártico durante os meses de inverno, para seus filhotes nascerem em águas mais quentes. Os defensores das espécies conseguiram, durante as décadas de 80 e 90, rever toda a legislação, e proibiram a caça em águas de todo o Atlântico Sul.

Nas paráfrases relativas aos acontecimentos apresentados por McCormick (1992) e Pádua (2004), percebemos que suas narrativas destacam as percepções, reações e os esforços de grupos de cientistas, pesquisadores, intelectuais e políticos diante da forma insustentável de lidar com os recursos naturais. Essas narrativas tem como objetivo entender, de forma crítica, as opções das políticas de desenvolvimento econômico. As críticas dos políticos/autores, estudados por Pádua (2004), eram sobre o modo de produção com trabalho escravo, que perdurou até 1988, quando a Lei Áurea foi assinada. Nos fluxos e refluxos observamos que algumas questões emergem, entram em evidência, mobilizam a sociedade e em seguida gradativamente sofrem um tipo de esquecimento e permanecem no silêncio, enquanto outras sofrem apagamento.

1.2 - O DISCURSO AMBIENTAL, HOJE.

Na segunda parte estudamos, a partir dos acontecimentos históricos, a construção da institucionalização do discurso ambiental, como hoje o conhecemos, com sempre voltada à nossa hipótese de que os conceitos são atravessados por outros conceitos e em alguns casos são apropriados. E esse movimento de atravessamento provoca o esquecimento, com efeito de continuidade.

Ao reunir esses fragmentos sob a lógica da percepção do discurso ambiental, os pesquisadores demonstraram que o tema ambiental se relaciona a questões que se referem à destruição ou degradação do meio ambiente. “A destruição ambiental tem uma longa linhagem” (McCormick, 1992, p.15). Contudo, no século passado o tema se configurou como revolução conceitual, como o autor considera:

De todas as revoluções conceituais do sec XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos como a revolução ambientalista. (McCORMICK, 1992, p.15)

A revolução conceitual ao qual o pesquisador se refere tem como marco vários acontecimentos que datam do início do século XX. Entretanto, somente após a Primeira Guerra percebe-se o início de um processo paráfrástico, ou seja a construção da matriz de sentidos constituída da percepção ambiental que, após a Segunda Guerra, notadamente se configuram na década de 60. O que é consolidado em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

McCormick (1992, p.63) destaca acontecimentos que marcam o que denominou de “a revolução ambientalista”, a repercussão do livro da pesquisadora em biologia marinha da Universidade de Maryland, EUA, Rachel Carson, publicado em 1962, *Silent Spring*¹¹. Trata-se de um estudo sobre a ação dos pesticidas e inseticidas sintéticos que nos anos 50 contaminaram os mananciais e o ar e adoeceram pessoas e animais, provocando a morte de forma inexplicável, na época.

Silent Spring tocou num ponto sensível de seus leitores, vendeu meio milhão de cópias encadernadas, permaneceu na lista dos mais vendidos do *New York Times* por 31 semanas, e incitou a

¹¹ CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Tradução: Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

criação de um grupo consultivo presidencial sobre pesticidas.
(McCORMICK, 1992, p.63)

Além disso, sobre os experimentos atômicos que após Hiroshima tomaram proporções mundiais, denominado “o advento da era atômica”, o autor enumerou o número de testes entre o final da Segunda Guerra e o início da década de 60: “Entre 1945 e 1962, um total de 423 detonações nucleares foram anunciadas: pelos Estados Unidos (271), URSS (124), Grã Bretanha (23) e França (5)” (McCORMICK, 1992, p.67).

Os testes atômicos provocaram um fenômeno chamado nuvem radioativa. Essas nuvens se movimentavam de acordo com o vento e não eram controladas; teste feito pela França na Argélia resultou numa nuvem radioativa que cruzou o mar e atingiu a península Ibérica; outro teste britânico na costa da Austrália provocou uma chuva de granizo contaminada, aconteceu a cerca de 2.820 km. Outro teste em Nevada provocou uma chuva radioativa em Nova York.

Mas quando os EUA fizeram o teste da bomba de hidrogênio que destruiu o Atol de Bikini, no Oceano Pacífico, as consequências dessa explosão ao meio ambiente foram incalculáveis.

A quantidade de partículas espalhadas pela explosão foi duas vezes superior à esperada, e uma mudança imprevista de ventos levou as cinzas radioativas na direção da ilha de Marshall, habitadas, em vez de caírem no oceano como planejado. Cerca de 18 mil km quadrados de oceanos foram seriamente contaminados por uma nuvem radioativa que se estendeu por 410 km, alcançando 75 km de largura. (McCORMICK, 1992, p.68)

Contudo, esses acontecimentos marcaram uma época em que o mundo estava polarizado entre os países desenvolvidos, que detinham a tecnologia das armas nucleares, cujo descontrole gerava consequências ambientais tão graves para si mesmo e para todo o mundo. McCormick (1992, p.69) considera que o Tratado de Proibição Parcial de Testes, de 1962, pode ter sido uma vitória, mesmo que parcial, da visão ambientalista.

Afirmar que o Tratado de Proibição Parcial de Testes foi o primeiro acordo ambiental não é o exagero que parece ser à primeira vista. A questão da segurança global teria sido, em si mesma, razão suficiente, mas o elemento ambiental era um fator chave de apoio, mesmo que aparentemente desempenhasse um papel menor [...] (McCORMICK, 1992, p.69)

McCormick (1992) considerou que as consequências dos testes atômicos apareceram no ambiente como o fenômeno das chuvas radioativas, pela contaminação das partículas do ar, no ambiente marinho, os peixes com alto índice de radiação. As séries de

acontecimentos demonstraram a total falta de controle no meio ambiente. E essas consequências alertaram as pessoas para a ideia de que a tecnologia poderia causar “contaminação ambiental irrestrita e que todos poderiam ser afetados”, surgindo assim, segundo o autor, o conceito de um meio ambiente global. “Houve a primeira alusão ao conceito de meio ambiente global e a problemas ambientais universais” (McCORMICK, 1992, p.69).

Ao receberem a publicação de *Silent spring* de Carson (1962), as pessoas preocupadas e alertas pela série de desastres ambientais estabelecem a “lógica da percepção”, conforme Halbwachs (2009), ao qual McCormick (1992) nomeou de “efeito catalisador”.

A inquietação difundida pelos efeitos da precipitação nuclear e pelas advertências do *Silent Spring* se combinou no período de 1966-1972 com uma série de “desastres ambientais” - acontecimentos que figuraram em manchetes de jornais e tiveram efeito catalisador sobre os temores ambientais. (McCORMICK, 1992, p.69)

Para o autor, o “efeito catalisador” pode explicar o porquê de uma série de desastres ambientais que ocorreram durante a década de 50 ter sido tratada isoladamente. E que, após acidentes nucleares e a publicação do *Silent spring* (1962), os acontecimentos da década de 60 para McCormick (1992, p.71) tiveram repercussão maior: “Os acidentes que ocorreram a partir de meados dos anos 60 tiveram um impacto muito maior por causa do aumento da sensibilidade pública para os problemas ambientais”. O que culmina em 1970 com uma manifestação considerada pelo autor como a maior da história do ambientalismo.

Em abril de 1970, 300 mil americanos – talvez mais – participaram do Dia da Terra, a maior manifestação ambientalista da história. Reportagens de capa e manchetes de jornais proclamaram o advento do ambientalismo como questão pública fundamental. Para a revista *Time* o meio ambiente era o tema dos anos 70. Para a *Life* tratava-se de um movimento que estava destinado a dominar a nova década. (McCORMICK, 1992, p.63)

Nesse ambiente discursivo, em 1972 as Nações Unidas promovem a primeira conferência sobre o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, considerada “uma das maiores conferências das Nações Unidas jamais realizadas, a qual reuniu representantes de 113 nações em Estocolmo, para discutir os problemas do meio ambiente global” (McCORMICK, 1992, p.63)

A partir de alguns relatos, o autor destacou que a Conferência de Estocolmo teve “um sentimento predominante de excitação e antecipação”. O relato de um dos assessores da Conferência dizia que em parte muitos dos participantes eram novos no sistema da ONU, “em parte por causa da esperança de que declarações grandiosas seriam convertidas em ações de

natureza firme e em parte porque Estocolmo foi a primeira conferência temática da ONU” (McCORMICK, 1992, p.105).

McCormick (1992, p.106) destacou que um dos maiores avanços foi a “nova percepção da posição dos países menos desenvolvidos”, que por sua vez temiam que o encontro fosse “simplesmente outro expediente dos países desenvolvidos para evitar o apoio à revolução do desenvolvimento” (JOHNSON¹², in McCORMICK, 1992, P.106), preocupação expressa nos discursos dos países de que “não se deveria permitir que os fatores ambientais viessem a restringir o crescimento econômico” (McCORMICK, 1992, p.106). Esse ponto de vista dominou as discussões sobre todos os assuntos, e isso forçou “os ambientalistas ocidentais a abandonar o provincianismo e a começar a ver os problemas ambientais numa perspectiva global” (McCORMICK, 1992, p.106).

Esse acontecimento ressona no Brasil com a criação das primeiras agências estatais ambientais, segundo a crítica de Agripa Alexandre(2003) sobre *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro*.

[...] fazem parte do movimento também as primeiras agências ambientais criadas no país em decorrência da pressão internacional contra a atuação da diplomacia brasileira na Conferência de Estocolmo de 1972. (ALEXANDRE, 2003, p.85).

Uma das agências, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ligado ao Ministério da Agricultura, instituiu o Projeto Tartaruga Marinha e o Projeto Peixe-boi marinho, como resposta à demanda da política internacional.

As tartarugas são espécies sob proteção de acordos internacionais, com a participação do Brasil. Entretanto, até o final da década de 70 não havia nenhuma pesquisa, conforme o depoimento da diretora da época: “Não sabíamos nada sobre tartaruga marinha. Não tínhamos qualquer indicação científica ou projetos nas universidades” (PÁDUA¹³, apud TAMAR, 2000, p. 21).

Entendemos então que o discurso construído no processo de instituição desses programas de conservação de espécies ameaçadas é parte do movimento ambientalista internacional.

¹² Keith Johnson, embaixador da Jamaica e relator-geral da Conferência de Estocolmo.

¹³ PADUA, Maria Teresa, foi diretora do DN (Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes) ligado ao IBDF. Considerada uma das responsáveis pelos, PTM e PPBM.

Contudo, ao delimitar os acontecimentos, percebemos que embora se tratasse de temas relativos ao meio ambiente, as abordagens são distintas, isto é, o movimento ambientalista internacional que emergiu durante a década de 60 é considerado por McCormick(1992) como o *Novo Ambientalismo*. O discurso desse conceito visa ao homem, ou melhor, à qualidade de vida do homem no planeta. Esse conceito é consolidado em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, no dizer de Silva (1996, p. 383): “A partir da década de 70 tem início um processo de institucionalização da questão ambiental por meio da ONU”. Entendemos que as condições de produção em que inserem os vários contextos, no sentido amplo, no qual estavam os movimentos sociais e ambientais, provocaram a institucionalização do discurso. Esse processo, também demonstra uma transformação em que alguns elementos se consolidam, outros se tornam implícitos, o que não significa que foram apagados, ainda.

O conceito de espécies ameaçadas se origina do de proteção da natureza, do movimento ambientalista, e é anterior ao *Novo Ambientalismo*, movimento que surgiu na década de 60. Segundo McCormick (1992), o movimento ambientalista surgiu com os naturalistas no desejo de estudar a natureza, do desejo de preservar a natureza, de manter paisagens intactas, preservar belezas cênicas e espécies de aves e animais:

O desejo de preservar a natureza tornou-se então implícito no estudo das mesmas, e clubes e naturalistas passaram a se preocupar com os danos infligidos tanto por seus próprios semelhantes quanto por outros. (McCORMICK, 1992, p.23).

Preservar a natureza é conceito diferente do conceito de **conservar** a natureza. Para McCormick (1992), quando os preservacionistas falavam em **preservar** o meio ambiente, o sentido era proteger o meio ambiente com exclusão total da presença e atividades humanas. **Conservar** significa, ao mesmo tempo, conservar e explorar os recursos naturais de forma sustentada.

A origem do conceito de preservação da natureza decorreu de acontecimentos históricos distintos, como o movimentos dos cientistas naturalistas da Europa, sobretudo na Inglaterra e França, e, a exploração irrestrita dos recursos naturais no Estados Unidos que, acontecera na ocupação da costa leste, não poderiam se repetir na costa oeste. Desta maneira o gênero do conceito de preservação e conservação inspiram a formulação de leis de proteção ambiental e passam a influenciar os outros países. Consideramos que o conceito fora construído

sob a perspectiva dos estudiosos das ciências naturais ou simplesmente daqueles que se dedicavam e se interessavam pelas belezas da natureza.

Esses acontecimentos ressoam no Estados Unidos, marcados por McCormick (1992), pelo surgimento do movimento ambientalista, ao qual nomeou de “ambientalismo americano”. O autor ressaltou os seguintes acontecimentos: a publicação do livro *Man and nature* de George Perkins Marsh (1864) que teve muita influência para “a criação de uma comissão nacional de especialistas florestais” que, no dizer de McCormick (1992, p. 29) o livro “demonstrava que a destruição arbitrária e o desperdício perdulário estavam tornando a terra inabitável para os seres humanos” a que o livro influenciou “escritores franceses e especialistas [...] e representou o começo do conhecimento da terra nos Estados Unidos”.

E, dois acontecimentos que, marcaram o surgimento do conceito de preservação e conservação. Para a **preservação** foram, primeiro o decreto do Congresso Americano que em 1864, transferiram as áreas do *Vale do Yosemite* e o *Mariposa Grove de Big Trees* para o estado da Califórnia com a condição de que “os espaços deverão ser mantidos inalienáveis em qualquer tempo”; e segundo, foi destinar uma área de 800 mil hectares para criação do Parque Nacional de Yellowstone, considerado o primeiro parque nacional do mundo. Esse modo de criar áreas de preservação foi possível, porque havia no Estado áreas de domínio público e intocadas. Essa questão, a preservação de áreas virgens, motivou o surgimento de grupos preservacionistas que falavam de proteger, com o significado de “a total exclusão das áreas virgens de qualquer alternativa que não fosse a recreação”(McCORMICK, 1992, p.31)

A **conservação** era sinônimo de exploração racional dos recursos naturais, no dizer de McCormick(1992, p.31), “exploração sustentada de recursos tais como solo, florestas e águas”, nesse conceito entendia-se plantio de árvores e criação de sistemas de conservação de florestas com fins de estudos para manejo, além disso estudavam-se as florestas para entender as condições ambientais e assim determinar seus possíveis usos.

Achava que a conservação deveria se basear em três princípios: desenvolvimento (o uso dos recursos existentes pela geração presente), a prevenção de desperdícios e o desenvolvimento de recursos naturais para muitos, e não para poucos. (McCORMICK, 1992, p.31)

Os dois conceitos chegam no Brasil, na forma de políticas ambientais. A criação dos primeiros Parques Nacionais e Reservas Biológicas tinham o fim preservacionistas, e a criação de Florestas Nacionais, com fins de estudos para exploração.

Aparentemente, a partir da Conferência de Estocolmo (1972), o conceito de preservação foi apropriado pelo conceito de conservação. Atualmente, diante das transformações discursivas, e considerando que as formações ideológicas dos conceitos eram distintas, o conceito da preservação não conseguiu se deslocar, e sofre um processo de apagamento. No conceito da conservação, a preservação não cabe nem como implícito.

Para Alexandre (2003; 2012), os primeiros *movimentos do ambientalismo*, ou *novo movimento social* no Brasil, surgiram de questões sociais, “de demandas por melhores condições de vida” (ALEXANDRE, 2003 p.84), em que o autor destaca, a partir dos estudos de Eduardo Viola (1992), que o núcleo da abordagem temática do movimento ambientalista “parte fundamentalmente da conceituação de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo” (ALEXANDRE, 2003, p.84), e destacou quatro fatores:

(i) crescimento populacional exponencial; (ii) depleção da base de recursos naturais; (iii) sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; (iv) sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (VIOLA, 1992, Apud ALEXANDRE, 2003, p. 84/85)

Portanto, segundo Viola (1992, in Alexandre, 2003), o movimento ambientalista no Brasil, que surgiu na década de 70, se deu “através de campanhas de denúncias de associações que atuavam no âmbito local de algumas áreas urbanas no país que então sofriam com os efeitos deletérios da poluição industrial” (ALEXANDRE, 2003, p.85). Para o autor, o segundo movimento emerge de “um número expressivo de grupos ambientalistas a partir da década de 80 [...] eram quarenta no início da década [...] em 1985 já passam a somar quatrocentos em todo o País, chegando a alcançar setecentos” (Viola; Leis, 1992 in ALEXANDRE, 2003).

Com as considerações de Alexandre (2003), marca-se 1985 como o ano “da passagem do movimento ambientalista brasileiro de bissetorial [...] para o movimento mais complexo e multissetorial” (ALEXANDRE, 2003, p.85). O autor define o “bissetorial” do primeiro movimento do ambientalismo, anterior aos anos 80, como o movimento “dos grupos de base e agências estatais”,

[...] como associado a dois velhos conceitos da ecologia política, então comuns às práticas dos primeiros ativistas do movimento verde da década de 70, contribuindo para passar a imagem de uma defesa da natureza como sendo um lugar de virtudes isolado da vida social. (ALEXANDRE, 2003, p.91)

Às considerações de Alexandre (2003) pode-se acrescentar que mesmo os projetos desse estudo não fazerem parte do ativismo ambientalista, o modo de vida a que foram submetidos; a observação da natureza remeteu-os ao significado do “estilo de vidas alternativo”, apontado pelo pesquisador “pelo fato de que esses primeiros ativistas foram responsáveis por defender radicalmente estilos de vida alternativos” (ALEXANDRE, 2003, p.91). Os estilos de vida alternativos e a influência do ativismo ambientalista político estão expressos nas escolhas feitas pelos jovens pesquisadores do programa de pesquisa governamental.

Assim percebemos, desde o início, que o Projeto Tamar somente se tornaria viável se encontrasse a harmonia com os interesses e o modo de vida dos habitantes desses ambientes costeiros. Harmonia essa que já se traduzia em alguma solução sustentável, através da qual as comunidades locais e as tartarugas pudessem conviver e se beneficiar mutuamente. (MARCOVALDI, 2000)

Contudo, independentemente do modo de vida alternativo e do diálogo que estabeleceram com as comunidades, os pesquisadores eram da agência ambiental governamental, ainda regida pela formação discursiva da preservação ambiental da época, quando a questão das espécies ameaçadas era considerada prioridade. Geralmente, as áreas criadas para proteção das espécies ameaçadas de extinção eram para fins preservacionistas. Identificar uma espécie em situação de “ameaçada” demonstrava que todo aquele meio ambiente precisava ser protegido, e de certa forma determinava as políticas públicas para a criação de Unidades de Conservação (UC)¹⁴ no país.

Houve no Brasil, antes dos “primeiros ativistas”, conforme Alexandre (2003) denominou, ainda no século XX, vários grupos de pesquisadores (engenheiros agrônomos e florestais, zoólogos, botânicos, cientistas da área biológica) que formaram as primeiras associações ou organizações não governamentais, com o objetivo de proteção de espécies ou habitats. Marcondes (2005) localiza a década de 30, e especifica a Sociedade Amigos das Árvores como uma das primeiras a surgir com problemas a partir das observações de pesquisas.

A Sociedade de Amigos das Árvores foi fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio, e congregava intelectuais, jornalistas e políticos preocupados com o rápido desaparecimento das florestas brasileiras. (MARCONDES, 2005, p.151)

¹⁴ Unidades de Conservação (UCs) - termo técnico para as áreas criadas pelo governo para a preservação e conservação de espécies em extinção tanto de animais, vegetais como também pelo conjunto; ou por considerar de importância estratégica na conservação de recursos naturais, atualmente, denominado área de importância para os serviços ambientais.

Podemos considerar que a ação, localizada por Marcondes (2005), são ecos do movimento ambiental surgido do “ambientalismo americano”.

No Brasil, a criação dos projetos de conservação das tartarugas e do peixe-boi a partir das demandas internacionais foi na mesma época do movimento ambientalista, o qual McCormick (1992) chamou de “novo ambientalismo”. Essa definição foi dada aos movimentos que surgiram a partir dos desastres ambientais provocados por atividades como os experimentos nucleares e utilização de pesticidas e agrotóxicos, seguidos por desastres como contaminação do mar por vazamento de petróleo. Atividades que colocavam em risco a sobrevivência humana.

No Brasil, o discurso científico se somou aos demais movimentos, que Alexandre (2003) destaca a partir de Viola e Leis, na década de 70, como o tempo que inicia o encontro:

Para Viola, o movimento surge na década de 70, através das campanhas de denúncia de associações que atuavam no âmbito local de algumas áreas urbanas do país que então já sofriam com os efeitos deletérios da poluição industrial. (ALEXANDRE, 2003, p.85)

Já no final da década de 70, início da de 80, os novos pesquisadores para atender às novas demandas da agência ambiental, juntaram-se às gerações de cientistas experientes que pesquisavam as espécies ameaçadas e o meio ambiente natural com caráter preservacionista. Entretanto, muitos desses pesquisadores, quando saíam das universidades, já estavam afetados pelos novos acontecimentos discursivos sobre o meio ambiente. Os novos acontecimentos discursivos que Alexandre (2003, p.85) ressaltou a partir das conceituações de Viola e Leis (1991) como momento de transformação de bissetorial, no qual estão inseridos os pesquisadores dos projetos de conservação do IBDF, para multissetorial complexo.

a passagem do movimento ambientalista brasileiro de bissetorial, grupo de bases e agências estatais ambientais, para um movimento complexo e multissetorial, quando então a preocupação da sociedade civil e do governo com a crise ambiental assume uma disseminação entre, pelo menos, mais seis setores [...] (ALEXANDRE, 2003, p.85)

Por sua vez, segundo Viola e Leis, em Alexandre (2003), multissetorial são os distintos movimentos, como associações e comunidade de ambientalistas profissionais, semiprofissionais e amadores; grupos socioambientalistas, ONGs e sindicatos; movimentos ligados a problemas de pessoas atingidas por grandes obras públicas, como barragens e represas; grupos com problemas de saúde oriundos do uso indiscriminado de agrotóxicos nas

comunidades rurais; associações de bairros e periferias com problemas de saneamento e habitação; e movimentos sociais, como feministas e pacifistas. Enfim, um complexo movimento de muitos setores da sociedade que em Viola e Leis (1991), no dizer de Alexandre (2003, p.85), era um “movimento complexo e multissetorial”, mas “demonstrando ao mesmo tempo graus de integração e institucionalização”.

Observamos que as transformações sócio-históricas afetam os sentidos e as condições de produção. Dessa forma, afetadas, as construções discursivas são atravessadas pelos interdiscursos, que no dizer de Orlandi (2002, p.31) “disponibilizam dizeres que afetam o modo como o sujeito significa”. No interior dessas transformações, conceitos como as espécies em extinção afetam os interdiscursos diante do surgimento dos novos conceitos. Para dar conta do nosso objeto de estudo (condições de produção do discurso sobre espécies ameaçadas), consideramos oportuno desenvolver um sub-item nesta parte do estudo.

1.2.1 - Espécies em extinção

Estabelecemos como nosso objeto de estudo **as condições de produção do discurso sobre espécies ameaçadas**. Para isso, nosso itinerário pretende verificar a construção desse conceito em meio aos acontecimentos da história do discurso ambiental.

Inicialmente consideramos que o conceito está inserido no contexto do movimento ambiental, especificamente para verificar como o tema das espécies ameaçadas se mesclou ao *novo ambientalismo*, no dizer de McCormick (1992). E como o conceito aparece na construção dos discursos para a formulação do conceito da sustentabilidade do Relatório *Nosso Futuro Comum* (1988).

A trajetória do conceito de espécies ameaçadas de extinção começou com a admiração da natureza, no entendimento de McCormick (1992) com os viajantes naturalistas, ou com o surgimento das ciências naturais na Inglaterra no século XVI. É um conceito, portanto, formulado por pesquisadores das ciências naturais e admiradores da natureza, que durante as observações em campo perceberam que algumas espécies estavam ficando mais difíceis de serem vistas.

O Brasil é parte dessa história, pois muitos viajantes naturalistas, como Darwin, Spix, Von Martius, Saint Hilaire, Alexandre Rodrigues Ferreira e outros,

pesquisaram e se encantaram com a nossa biodiversidade, e, em muitos relatos, demonstravam preocupação com o modelo de economia da época.

A história que McCormick (1992) constrói sobre o assunto marca o ano de 1947, quando o biólogo e naturalista Julian Huxley assumiu a diretoria-geral da Unesco e instituiu a *International Union for the Protection of Nature* – IUPN, após anos de discussão. O principal objetivo da criação da Unesco, em 1946, era promover a cooperação internacional na educação, ciência e cultura. Logo, o objetivo da IUPN foi a promoção da educação e do intercâmbio científico. Entretanto, após uma série de acontecimentos em 1948, a IUPN se tornou instituição “híbridos de órgãos governamentais e não governamentais”, conforme ressalta McCormick (1992, p. 51), que deveria “promover a *preservação*¹⁵ da vida selvagem e do ambiente natural e do conhecimento público das questões, educação e pesquisa científica e legislação, e coletaria, analisaria e divulgaria os dados e informações”.

No Brasil, segundo Marcondes (2003), cerca de dez anos antes da Unesco criar a IUPN, cientistas e intelectuais desenvolveram variadas ações para promover a preservação da natureza, como a *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, em 1933, no Rio de Janeiro: “(...) teve na agenda de discussões a defesa da flora, fauna, sítios de monumentos naturais, ou seja, a proteção e o melhoramento das fontes de vida no Brasil” (MARCONDES, 2003, p.152).

Em 1949, a ONU promoveu a *Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização dos Recursos* – UNSCCUR, nos EUA, considerada por McCormick (1992, p.53) o “primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional”. Com a participação dos principais programas e agências da ONU, entre elas a Unesco, que simultaneamente à IUPN promoveu a *International Technical Conference on the Protection of Nature* – ITC, em que se discutiu a conservação de recursos naturais renováveis. Conforme McCormick (1992, p.53) observa, “as agências da ONU estavam se voltando para a assistência técnica a países menos desenvolvidos e que tais projetos ‘para serem efetivos, exigem a aplicação de princípios de ecologia humana’”. Foram 23 resoluções, com preocupações sobre a ecologia humana que de alguma forma “poderiam ter formado a base de uma organização que já de início fundamentasse suas atividades na relação entre desenvolvimento e meio ambiente” (McCORMICK, 1992, p.53). Embora as resoluções da Conferência tivessem

¹⁵ [O destaque em itálico é do autor]

essa preocupação, a IUPN, talvez por limitações de recursos, focou seu interesse na proteção da natureza.

Percebemos, a partir desses fragmentos, que o conceito de espécies ameaçadas surgiu no interior do conceito **de preservação da natureza**. Ou seja, o conceito é anterior à Conferência de Estocolmo (1972) da ONU.

Uma das questões lançadas durante o ITC foi a tentativa de criar uma lista de espécies diante das evidências de que algumas espécies estavam desaparecendo, ameaçadas de extinção. Embora os dados da IUPN fossem limitados pela falta de dados concretos, “registros esparsos e o trabalho independente e individual de cientistas haviam estabelecido que algumas espécies estavam ameaçadas de extinção” (McCORMICK, 1992, p.54).

Os membros da IUPN foram incentivados a preparar uma lista, mas somente com a criação de uma rede de cientistas, o *Survival Service*, que utilizaram a *IUPN Bulletin* como o foro para trocar informações. Após algumas dificuldades e verificações em campo, em 1958 o *Survival Service* publica a primeira lista, com 34 espécies de mamíferos ameaçadas. Dois anos depois essa lista aumenta para 135 espécies de mamíferos, em uma publicação que intitularam *Red Data Book*.

Na formulação da primeira lista, os cientistas perceberam que na maioria dos casos a maior ameaça aos animais decorria da ameaça ao seu habitat, ou seja, ao seu ambiente. Essa percepção levou a instituição a trocar o termo proteção para conservação. A IUPN passou a ser IUCN, como é conhecida até os dias atuais.

Essa mudança da palavra proteção para conservação, promovida pela instituição que formulou o conceito de espécies ameaçadas, é bastante significativa. Palavras, semanticamente, evocam significados, “mesmo que fora de qualquer emprego em um enunciado, evoca uma realidade” (MORTUREUX, 1997, in CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 358). Nesse caso a mudança foi pela percepção diante de evidências observadas no ambiente, isto é, as espécies são ameaçadas em função da alteração do seu ambiente, ou habitat, na linguagem da ciência da conservação.

Para Marcondes (2005), a mudança, em 1948, para União Internacional de Proteção à Natureza (IUCN), por cientistas ingleses, teve o objetivo de ampliar a difusão e estimular ações de conservação da biodiversidade e recursos naturais.

[...] de influenciar, estimular e auxiliar sociedades de todo o mundo com o intuito de conservar a integridade e diversidade da natureza e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. (MARCONDES, 2003, p.162)

Atualmente o *Red Data Book* ou, como é conhecida no Brasil, *Lista Vermelha*, é uma publicação organizada por um acordo institucional do Ministério do Meio Ambiente por meio do ICMBio, universidades e organizações não governamentais, com a participação de pesquisadores de todo o mundo.

A instituição aprimorou os critérios de avaliação, aumentaram as categorias que determinam o grau da ameaça para cada espécie. Recentemente foi editada outra *Lista Vermelha* (2009), que serve de referência para as políticas de proteção e pode ser interpretada como um lugar de memória para o tema ambiental.

O conceito de *Lista Vermelha* (2009), percebido a partir do estudo *Memória e discurso: um diálogo promissor*, de Oliveira e Orrico (2005), seria considerado como recurso de linguagem que exerce papel institucional de “manutenção” do conceito, ou seja, em seu sentido amplo, como propõem as autoras, “a manutenção do sujeito social, do grupo e da comunidade como tais [...] para aqueles que neles se referenciam, assim como as instituições, que acabam por legitimar as relações sociais” (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p.73). A *Lista Vermelha* é produção simbólica que demonstra na palavra vermelha o significado de perigo, de que é preciso parar. Em outras palavras, *Lista Vermelha*, de espécies ameaçadas, pode ser interpretada como produção “discursivo-metafórica” voltada à “informação e comunicação” (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.74). O que permite considerar que o conceito da lista de espécies ameaçadas é instrumento de divulgação científica.

O artigo de Orrico (2012) sobre *Construção da divulgação científica: um discurso informacional* (2012), desenvolvido no âmbito do projeto *Memória, discurso-informacional e ciência*, justifica que a importância social que a “transmissão de informações científicas exerce para a população pauta-se na possibilidade de transformações sociais” (ORRICO, 2012, p.116) e que a divulgação científica é considerada “como atividade de disseminação, que se dirige para o exterior de seu espaço de produção” (ORRICO, 2012, p. 118). A produção discursivo-metafórica que é a *Lista Vermelha* de espécies em extinção representa a compilação dos dados da categoria

científica dos estudos biológicos, atualmente concentrado na especialização das ciências da conservação.

Identificamos na edição comemorativa do *Peixe-Boi a história da conservação de um mamífero brasileiro* (2001) a ressonância da difusão do conhecimento científico e o significado simbólico para o conceito da *Lista Vermelha* de espécies ameaçadas. O então coordenador Regis Lima (2001) tomou conhecimento sobre a espécie num simpósio acadêmico, meio de comunicação e difusão do conhecimento científico. E quando foi convidado a fazer parte da equipe, mesmo não sendo do grupo que fez o levantamento, manteve a metodologia das pesquisas de campo.

Tínhamos na mão dados fidedignos de que o peixe-boi marinho, *Trichechus manatus*, estava no topo da classificação das espécies ameaçadas, ou seja, ele estava criticamente em perigo de extinção. (LIMA, 2001, p.11)

Uma *espécie criticamente ameaçada*, conforme Lima (2001) se referiu à população dos peixes-boi, é uma categoria elaborada por estudos complexos que requer especialização para classificação e quantificação da população das espécies.

Quando os pesquisadores começaram a implantar o programa de conservação das espécies ameaçadas marinhas, nas áreas escolhidas, constataram dificuldades em trabalhar dentro desse conceito, as UC de proteção total. A principal e uma dos mais importantes fatores de mudança, foi a percepção de que as questões sociais são imbricadas aos problemas das espécies, seguida da constatação de que a ocorrência das espécies, principalmente as marinhas, é desterritorializada. Elas ocorrem em quase todo o litoral, não obedecem a limites políticos, não obedecem os limites nacionais, a sua abrangência ambiental e de âmbito internacional, ou melhor, e global.

Podemos observar, nas narrativas dos livros comemorativos sobre o Tamar (2000) e do Projeto Peixe-boi marinho (2001), que a valorização na trajetória do grupo é para a prática da pesquisa em campo. Ao verificar as condições das espécies marinhas percorrendo o litoral de toda a costa brasileira, percebe-se como o contexto político ressona e se expressa nos gestos discursivos com significados objetivos e subjetivos dos jovens pesquisadores.

Considerando o esclarecimento de Silva (1996) sobre o discurso ambiental ser da categoria do discurso político, “é constitutiva do discurso político a representação de uma mudança do real socio-histórico” (SILVA, 1996, p. 382), identificamos nos gestos narrados sobre como o contexto político e as transformações discursivas am e

atravessam as escolhas metodológicas para a implantação dos programas de conservação. A priorização na conservação de espécies ameaçadas está marcada no tempo, demonstra o posicionamento político expresso nas escolhas conscientes pela forma de agir.

A escolha e a dificuldade de proteger esses animais pré-históricos, capazes de cruzar continentes, sob ameaça de extinção, nos fizeram priorizar e optar pelas ações de campo, imediatas, essenciais para garantir sua sobrevivência. (MARCOVALDI, 2000)

Como a questão social não existia em um projeto de conservação de espécies, que no início da década de 80 não era considerada prioridade; a conservação, nessa época, era pelo sentido amplo de perceber todo o ambiente do qual dependiam as espécies. Entretanto, ao pesquisar o habitat das espécies, os pesquisadores tomaram contato com as comunidades e perceberam o imbricado da relação homem e meio ambiente, conforme narrativa dos coordenadores Guy e Neca Marcovaldi (2000): “A busca de informações básicas sobre esses animais, ao longo do litoral brasileiro, nos expôs na prática, e pela primeira vez, a esse estreito contato homem-natureza” (MARCOVALDI, 2000).

Outro fator que provocou mudanças foi a constatação de que cada espécie demanda estratégias específicas, que exigem conhecimentos e atuações também especiais e ao mesmo tempo diversas. O modo de atuar na conservação contemporânea, inclusiva, demanda uma atuação interdisciplinar. O Projeto Tamar optou por proteger primeiramente as desovas em locais de maior concentração, para isso desenvolveu uma institucionalidade baseada na parceria e inclusão social e nas características biológicas. São as características que determinam as metodologias e as ações para melhor conservar as espécies; para o Projeto Peixe-boi marinho a opção foi criar um centro de estudos fixo, na Ilha de Itamaracá, no Estado de Pernambuco, e construir tanques com capacidade para receber, tratar e estudar o comportamento e a biologia dos animais. Depois de tratados são reintroduzidos em áreas monitoradas e com dispositivos de proteção como as Unidades de Conservação.

Atualmente, a realidade das espécies ameaçadas faz parte de um debate internacional; de dois em dois anos os países se encontram e, por meio da CDB, acompanham a situação de toda a biodiversidade do planeta, ou seja, a normatização, implantação e fiscalização dos princípios e compromissos estabelecidos pela CDB são debatidas em âmbito internacional. Na última vez, em Nagoya, nenhum país conseguiu atingir a meta estipulada para a proteção da suas diversidades.

Aparentemente a condição de produção do conceito de espécies ameaçadas mantém os seus significados, sem sofrer ruptura no processo de significação, embora com algumas transformações que acompanham os deslocamentos próprios da ordem discursiva. Atualmente, no interior dessas transformações, cuja opacidade acontece porque o conceito de espécies ameaçadas está implícito na nova ordem discursiva. Entendemos que nas condições de adaptação do modo de desenvolvimento econômico ao conceito de sustentabilidade, alguns conceitos sofrem esquecimento, enquanto outros foram apagados.

Consideramos que são processos próprios das transformações discursivas. No próximo capítulo analisaremos os enunciados discursivos que em 1980 apareciam como uma nova ordem de discurso. As considerações pretendidas no objetivo geral e objetivos específicos ainda serão observadas no capítulo II, no qual será estudado o discurso, em enunciados construídos de 1980 a 1984. Serão investigadas categorias para melhor entender a materialidade que constrói o discurso ambiental.

CAPÍTULO II DISCURSO AMBIENTAL

E que agora entendo e distingo, conservo na memória para depois me lembrar que agora o entendi.¹⁶

2.1 – MEMÓRIA, DISCURSO E AÇÃO

No capítulo II analisaremos o discurso ambiental na delimitação do nosso tema, ou seja, a construção da memória do discurso ambiental de 1980 a 1984, a partir do material produzido nessa época. A nossa percepção é de que os problemas ambientais persistem, por outro lado, aparentemente o polissêmico conceito da sustentabilidade apresenta equívocos na ideologia do discurso ambiental. Portanto, o objetivo geral deste estudo, é construir a memória do discurso ambiental para entender o porque os conceitos desenvolvidos para os fenômenos ambientais tem efeito de continuidade.

Iniciamos considerando que ao observar o sentido da interpretação, que, no dizer de Orlandi (2002, p.27), “problematiza a relação do sujeito com o sentido”, explicitamos que este capítulo utilizará procedimentos metodológicos dos dispositivos de interpretação da AD para entender “como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois elas intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2002, p. 26).

Consideramos fundamental para essa construção da memória do discurso ambiental primeiramente entender o significado da palavra “discurso”. Para Oliveira e Orrico, “discurso”, do latim *discursus, us*, “significa ação de correr por diversas partes, de tomar várias direções” (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.74). O substantivo “ação”, então, guarda estreita relação, na etimologia, com a palavra discurso. Esse substantivo se torna chave para se buscar formas de trabalhar o tema nas variadas instâncias da sociedade.

Ao relacionar o ideológico ao discurso, Oliveira e Orrico (2005) refazem o percurso de Pêcheux nessa construção entre a ideologia e a produção da fala:

¹⁶ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad.J. Oliveira e A. Amborsio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011..

Em um primeiro momento, ele tomou este conceito tal como delimitado por Louis Althusser para, posteriormente, suas reflexões englobarem as noções de formação discursiva e formação ideológica de Michel Foucault. (OLIVEIRA E ORRICO, 2005. p.79)

Ainda em Oliveira e Orrico (2009, p.79), sobre como Pecheux abordou o discurso com as noções de Foucault, “sem se preocupar com o estudo do discurso, Foucault acabou por lançar bases possíveis para uma teoria do discurso”. Segundo as autoras, Pecheux transportou para as suas teorizações a delimitação da formação discursiva e formação ideológica feita por Foucault, para explicar “a relação entre discursos e suas condições de produção”. Para as autoras, essa relação mostra a “existência do complexo das formações ideológicas, que funcionam para dar sentido às formações discursivas que nelas estão engendradas” (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.79). As autoras finalizam com Pecheux “A formação discursiva é tudo o que pode ser dito ou deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em determinada conjuntura” (PECHEUX, 1997, in OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.80).

O discurso que desejava Foucault (2010, p.7) seria aquele em que não precisasse ter que se encontrar “o outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico”; assim continua Foucault (2010, p.7): “[...] gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta [...], onde as verdades se elevassem uma a uma”. Mas a essa aspiração, no dizer de Foucault (2010), a instituição responde:

[...] o discurso está na ordem das leis: que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém. (FOUCAULT, 2010, p.7)

Mais adiante, o autor questionou: “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2010, p.9). Em seguida responde:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2010, p.9)

A “noção da memória discursiva” de Courtine (2009), ressaltada por Oliveira e Orrico (2009) se deu a partir das considerações de Michel Foucault (2010) na *Ordem do discurso*

(2010). Nele, Foucault (2010) comenta procedimentos de controle e de delimitação do discurso, parte da suposição de que as narrativas se repetem e se fazem variar “fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 2010, p.22). Essas “coisas ditas” se regularizam, e mesmo sofrendo um tipo de desnivelamento no dia a dia, quando tornados corriqueiros, alguns são retomados por novas falas. Para Courtine (2009), são discursos pertencentes a alguma formação discursiva institucional, que “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p.106):

Discursos que originam certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou fazem deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer. (FOUCAULT, 1971 p. 24, Apud COURTINE, 2009, p.106)

A memória, esclarece Orlandi (2002, p.30), “faz parte da produção do discurso” e que essas condições de produção podem ser consideradas as circunstâncias em que foi produzida a enunciação. E nas circunstâncias em que são produzidas, podemos enumerar o contexto imediato e o contexto amplo. No contexto amplo são considerados os efeitos de sentidos cujas “condições de produção incluem o sócio-histórico, o ideológico” (ORLANDI, 2002, p.30); o contexto imediato são as circunstâncias das condições de produção.

Concluindo, a memória discursiva é um conceito de muita importância para os nossos estudos, pois com ele observaremos os sujeitos em seus gestos discursivos na construção do discurso. Ao mesmo tempo, percebemos quais as redes de sentidos são construídas ao interpretar os acontecimentos históricos.

Outro ponto importante para o nosso estudo é a transmissão da informação. Apoiamo-nos em Orlandi (2002) para observar como a ação é interpretada na AD. E para esclarecer como os estudos em comunicação organizam seus esquemas, a fim de entender o processo de transmissão da mensagem. O esquema da comunicação é definido por Orlandi (2002) como “esquema elementar se constitui de emissor, receptor, código, referente e mensagem”, ou seja, “o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa formulada em código referindo a algum elemento da realidade – o referente” (ORLANDI, 2002, p.21).

Essas são as considerações de Orlandi (2002) sobre as diferenças nas abordagens da comunicação e a Análise de Discurso. A comunicação, para Orlandi (2002), tem como objetivo a transmissão da mensagem, e a AD não se trata apenas de transmissão de informação. Essa

diferença será fundamental para o nosso estudo, pois utilizaremos o material produzido por um projeto de comunicação que visou à transmissão de mensagens para *conscientização*, como ação do discurso.

A ação de conscientizar demanda um tipo de construção discursiva observada por Orlandi (1996) e Silva (1996), que é oportuno considerar.

Trata-se de análises sobre o material de educação ambiental impresso pelo governo em formato de fôlderes. Orlandi (1996) problematizou os discursos dessa mídia, voltados para a educação ambiental. Destacamos suas considerações sobre a *ação do conscientizar*. Para a autora, o termo “conscientização”, nos produtos analisados, substitui a reflexão. E que o termo educação ambiental muitas vezes é utilizado para dizer “sobre a educação ambiental”, e que na maioria das vezes o que é dito educação ambiental não são textos “de educação”. O efeito disso, no seu entender, é que esses produtos “sobre educação” produzem o efeito dos “iniciados”, o efeito de exclusão. Em consequência, leva ao contrário da propalada conscientização, isto é, à rejeição (ORLANDI, 1996, p.39).

Outra observação que Orlandi (1996) faz é sobre a propriedade do discurso desse material de educação ambiental, no qual identificou o discurso da catástrofe e do imediatismo.

[...] não se educa com ameaças, e os perigos só são perigos quando se tem uma compreensão mais ampla do “fato” que o produz. O investimento antecipado no perigo, [...] não é eficaz pedagogicamente. A catástrofe produz uma argumentação dividida entre: a) argumentos de perdição (o sistema é um monstro) e b) argumentos de salvação (nostalgia, desembocando sobre o óbvio, e mobilização de preconceitos). O imediatismo desloca o comportamento “humano” do que é “fato de um processo”. (ORLANDI, 1996, p. 40)

Sobre o mesmo material, Silva (1996) observou a linguagem utilizada no processo pedagógico. Em suas reflexões, a autora ressalta a institucionalidade presente nos discursos voltados para a educação ambiental.

A procedência do material de educação ambiental indica a existência de um grande número de instituições e/ou organizações, governamentais ou não, que se inscrevem e se identificam por uma atuação específica em relação ao meio ambiente. (SILVA, 1996, p. 48)

No mesmo estudo, Silva (1996) discorreu sobre a problemática do conceito de educação ambiental, ação das organizações não governamentais que têm por missão a disseminação do tema ambiental, em “atingir o maior número possível de indivíduos” (SILVA, 1996, p. 49). A autora identifica a ação do discurso da educação ambiental inserida num

processo político: “E a educação ambiental aí se insere, no sentido de que se deve produzir atualmente [...] uma reflexão e uma ação em favor do meio ambiente” (SILVA, 1996, p. 48).

Na conclusão, a autora pondera que a educação ambiental tem por finalidade a transformação dos sujeitos: “Todo o investimento em educação é um investimento no sentido de uma transformação do(s) sujeito(s)” (SILVA, 1996, p.50). A autora conclui:

O discurso ecológico – ou seja, a fala da ecologia enquanto dizer político – é historicamente determinado: é um discurso que se constitui pela contraposição em relação a essa sociedade de consumo urbano-industrial (SILVA, 1996, p. 50).

Em outro estudo, Silva (1996) reflete que o ambientalismo, ao se legitimar como discurso político, “se constitui através de determinadas relações de sentido com essa memória histórico-discursiva, com esses *outros* discursos”. Os demais discursos aos quais a autora se refere são o capitalismo e o socialismo: “O ambientalismo vem se colocar a partir do que teria sido *excluído* não só pelo capitalismo, mas também pelo socialismo: a *exploração do meio ambiente*” (SILVA, 1996, p.382).

A autora considera ainda que “ao nos referirmos aqui a um *discurso ecológico*, estaremos nos remetendo à inscrição histórica da fala da *ecologia* hoje como *discurso político*, no sentido mais amplo possível” (SILVA, 1997, p. 142). O ser político, pela ecologia, esclarece Silva (1997), “é denunciar agressões ao meio ambiente, ao se mostrar conscientes dos problemas ambientais globais e/ou se mostrar atuando de acordo com uma postura ecológica” (SILVA, 1997, p.142). Segundo a autora, a partir de 1960 “um dizer sobre a *natureza* ‘se espalhou’ de diferentes modos pela(s) sociedade(s), funcionando, porém, de *determinado modo*, ou seja, falar de ecologia identifica o sujeito [...] como um sujeito político” (SILVA, 1997, p.142).

No artigo *Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas*, Courtine (2006) reflete de modo contundente sobre apropriação ou colocação do discurso ambientalista. No dizer de Silva (1996, p. 382), do espaço político pela “irrealização” do socialismo, ou no sentido de “produzir para as relações capitalistas uma *naturalização* e uma *universalização*”. Ao refletir a partir do conceito da *Modernidade líquida* de Bauman (2006), Courtine (2006, p.17) considera que é preciso “investir em compreender as formas inéditas de dominação que se elaboram nesse momento de discursividades líquidas e em aprender seus efeitos, ao mesmo tempo políticos e psicológicos”. Os efeitos das “discursividades líquidas”, provocados em meio aos acontecimentos, no dizer de Courtine (2006, p. 17), forma de assujeitamento dos indivíduos, engendradas pelas mudanças de paradigmas discursivos, “para

todos os lados que nos voltemos, parece que podemos prolongar infinitamente a listas de medos contemporâneos”, e entre esses medos está o “medo das catástrofes ecológicas ou naturais”.

2.2 – INSTITUIÇÕES QUE CONSTROEM OS DISCURSOS

Se a conscientização é a ação do discurso, quem executa a ação? A resposta se baseia na nossa percepção durante o estudo, no qual notamos a presença das instituições nas articulações para provocar o questionamento e propor soluções diante das evidências dos problemas ambientais. Como vimos no item anterior, nas considerações de Silva (1996) sobre o discurso ambiental voltado para educação ambiental e em sua análise dos enunciados, que o discurso sobre educação ambiental é construído por sujeitos institucionais.

Em outro estudo, Telma Domingues da Silva (1996, p.383) marca a década de 70 como o processo de institucionalização da questão ambiental, com a Organização das Nações Unidas, notadamente em Estocolmo.

Para a autora, o processo de institucionalização do discurso ambiental se consolidou no período de 20 anos entre as duas Conferências, de Estocolmo em 1972 e a do Rio em 1992. Para Silva (1996, p.383), “a questão ecológica, ou, antes, a sua inclusão pelo discurso de desenvolvimento, será trabalhada, legalizada, institucionalizada”. Como mencionamos, durante a Rio 92 os vários temas ambientais foram ordenados, normatizados e institucionalizados nas três Convenções: Convenção da Biodiversidade, Convenção das Mudanças Climáticas e Convenção da Desertificação. Entendemos que a institucionalização é um processo que rege os assuntos ambientais. As evidências que o discurso científico produz se materializam nas normas e instituições. Estas, por sua vez, regem as políticas públicas dos governos signatários das convenções. O discurso está na sociedade em funcionamento. Este item propõe uma reflexão sobre as instituições que constroem o discurso.

Iniciamos com a perspectiva antropológica de Geertz (1989) sobre o conceito de homem. Essa perspectiva tem sido proposta desde o surgimento das ciências sociais. Percebe-se que o eixo assimétrico positivista na relação sujeito/objeto é um dos elementos investigados. O ponto de partida é o pensamento do homem sujeito iniciado no Iluminismo, cuja perspectiva, mesmo assimétrica, era de que formava uma só peça com a natureza. O Positivismo, movimento posterior ao Iluminismo, aprimorou a possibilidade de apreender a realidade. O pensamento científico dá ao homem a possibilidade de conhecer a natureza. Ao entender a natureza como máquina simples e perfeita, tem a sensação de que a natureza é apropriável. Essa percepção, a partir do avanço da concepção científica de “que o homem pode estar envolvido com o lugar onde ele está, quem ele é e no que ele acredita, que é inseparável dele”

(GEERTZ, 1989, p.26), trouxe o declínio dessa uniformidade do homem, centrado no sujeito e na sua razão, mas possibilitou o surgimento do conceito de cultura.

O conceito de cultura tem seu impacto no conceito do homem – quando visto como conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento. Fonte de informação extrassomática, a cultura fornece vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam. Pois tornar-se humano é tornar-se individual, e nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em torno dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção à nossa vida.

Assim como a cultura nos modelou como espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando –, assim também ela nos modela como indivíduos separados. É isso o que temos realmente em comum – nem um ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido. (GEERTZ, 1989, p.37)

A dificuldade da antropologia está no campo teórico da linguagem e “na tentativa de impor um único conjunto de categorias sobre toda a área (...); a cultura é mais bem vista não como complexos padrões concretos de comportamento (...), mas como um conjunto de mecanismos de controle” (GEERTZ, 1989, p.33), ou seja, os planos, regras, receitas, instruções – “programas”. Depois, “o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle” (GEERTZ, 1989, p.33), extragenéticos, para ordenar seu comportamento.

A perspectiva da cultura como mecanismo de controle inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade. Pensar consiste não nos acontecimentos da cabeça, mas num tráfego (...) de símbolos significantes. (GEERTZ, 1989, p.33)

Não somente as palavras, mas os gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, objetos como joias, enfim, o que dá significado à experiência. Esses símbolos já são dados aos sujeitos quando nascem, e permanecem quando morrem. São lugares de memória coletiva. Instituições no sentido amplo.

Nessa perspectiva se observa o meio ambiente natural ser institucionalizado, como parques, bosques, lagos, paisagens conservadas, menos alteradas pelo homem. A reflexão suscitada por Geertz (1989), na qual a cultura é essencial para ordenar o homem, exigência como mecanismo de controle, dialoga com Mary Douglas, que resgatou Emile Durkheim, sobre a importância da origem social no pensamento individual.

As classificações, as operações lógicas e as metáforas guiadas são fornecidas ao indivíduo pela sociedade. Acima de tudo, o sentimento a *priori* de uma retidão sobre algumas ideias e de absurdo sobre outras é visto como parte do ambiente social. (DOUGLAS, 2004, p.24)

Na introdução de *Como pensam as instituições*, Douglas (2004) apresentou os casos de radiação em lugares distintos para mostrar o tema dos domínios que as instituições têm sobre os nossos processos de classificação e reconhecimento. Pois bem, as considerações de Douglas (2004, p.23) são referências fundamentais para enxergar as instituições, “só por ser legalmente constituído, não se pode dizer que um grupo se ‘comporte’- e muito menos que pense ou sinta [...]. As presunções legais não atribuem inclinação emocional às corporações”.

As considerações de Douglas (2004) suscitam questões que merecem mais estudos, pois o tema ambiental, juntamente com conceitos decorrentes, provoca tensões no interior das instituições governamentais e privadas, porque implicam mudanças de comportamento em toda a cadeia produtiva, do produtor ao consumidor.

Alguns temas apresentados pelos cientistas ambientais para a sociedade a partir das evidências, como, por exemplo, o conceito dos serviços ambientais, são considerados determinantes. Conceitos como esse, considerado a base de sustentação e regulador do funcionamento dos ciclos naturais, são gradativamente institucionalizados, pois, em tese, garantem a sobrevivência do homem cultural.

Portanto, para haver a manutenção dos bens naturais, pois é comum a todos garantir a permanência de espaços naturais, mais do que a difusão do conhecimento será preciso haver cooperação e esclarecimento. Apropriamo-nos da justificativa de Douglas (2004), que abordou o tema da cooperação e solidariedade nos autores Emile Durkheim e Ludwik Fleck: “A verdadeira solidariedade é apenas possível se os indivíduos partilharem as categorias do pensamento” (DOUGLAS, 2004, p.22).

As referências aos processos de institucionalização dos projetos de conservação das espécies marinhas ameaçadas têm uma característica que merece ser analisada. Os PTM e o PPBM se institucionalizaram como entidades privadas, anterior ao governo que posteriormente criou os Centros de Pesquisas.

Os gestos de institucionalização dos projetos como pessoa jurídica privada demonstram que durante as décadas de 80 e de 90, o tema das espécies ameaçadas tinha na sociedade aceitação bastante ampla; e como as agências ambientais estavam em fase de

transição¹⁷, os pesquisadores optaram por criar as instituições privadas com o objetivo principal de viabilizar recursos em várias frentes, sobretudo captando nas empresas privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de ampliar o campo das atividades em apoio à conservação das espécies.

Observamos o fenômeno nos estudos de Peter Berger e Thomas Luckman (2008) com *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Nele, os autores afirmam que a base do processo de institucionalização se inicia com o hábito. Na repetição do hábito, “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (BERGER, LUCKMAN, 2008, p.78). Inicialmente observaremos o processo de institucionalização dos projetos de conservação, PTM e PPBM, vistos sob as rotinas das atividades internas.

No interior das publicações institucionais comemorativas os discursos expressam a influência da experiência vivida na rotina metodológica das viagens ao longo do litoral brasileiro, condição do método de coleta das informações, que possibilitou aos pesquisadores a construção dos discursos, provocados pela convivência com as comunidades nos locais de atuação e na receptividade aos variados setores da sociedade de forma abrangente.

O Projeto Tamar é uma obra de muita gente. [...] O Tamar é a sua equipe técnica e colaboradores diretos; os pescadores, suas famílias e as lideranças comunitárias, publicitários, artistas, jornalistas e os meios de comunicação [...] O Tamar também é a comunidade científica, lideranças políticas e empresariais; o governo federal, governos estaduais, prefeituras municipais [...] (TAMAR, 2000, p.89)

O Projeto Peixe-boi igualmente constrói um discurso sobre as comunidades, embora com algumas diferenças, pois no dizer da FMA (2001, p.66), a participação da comunidade aparece como parte da atividade voltada para conscientização, da educação ambiental ou da comunicação, para não matar o peixe-boi.

Por todas as cidades em que o Projeto Peixe-boi circula, campanhas de conscientização são realizadas junto aos moradores da localidade. [...] a equipe do Projeto tem aprendido a se comunicar com a gente nascida à beira-mar e que dele tira seu sustento. Assim, durante as visitas, os técnicos dão prioridade a três principais aspectos: o primeiro deles trata da questão legal – matar peixe-boi é ilegal [...], o segundo diz respeito à participação da

¹⁷ O Ministério do Meio Ambiente foi instituído no ano de 1989, após a Constituição de 1988. O MMA incorporou todas as agências que se dedicavam às atividades ambientais. Desde pesquisas de espécies ameaçadas até criação de unidades de conservação. E após a Rio 92, questões específicas como, por exemplo, a biodiversidade e mudanças climáticas, entre outros, são regidas pelas convenções internacionais.

comunidade [...] por último, esforça-se para conscientizar as pessoas locais. (FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS, 2001, p.66)

O conceito da coextensividade apresentado por Berger e Luckmann (2008) clareia a compreensão sobre a formação dos hábitos como processo de institucionalização dos dois projetos que se tornam presentes nos discursos: “Empiricamente, a parte mais importante da formação de hábito é coextensiva com a institucionalização dessa última” (BERGER LUCKMANN, 2008, p.79). Os hábitos da rotina técnica dos pesquisadores passaram a ser partilhados, coextensivamente, com as comunidades. Nesse processo estabeleceu-se que os hábitos dos pesquisadores se tornaram visíveis pelo ir e vir nos locais das atividades.

Paradoxalmente, o hábito dos comunitários levou as espécies ao risco de desaparecer, como coletar os ovos dos ninhos ou caçar as tartarugas quando sobem às praias para desovar. Portanto, esses hábitos culturais foram confrontados e questionados nas ações rotineiras dos pesquisadores, ou seja, “a instituição pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X” (BERGER e LUCKMANN, 2008, p.79). No entanto, depreendemos que a partir do confronto dos hábitos comunitários se construiu a memória baseada no discurso e na ação dos pesquisadores.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história da qual são produtos. (BERGER e LUCKMANN, 2008, p.79)

O processo de institucionalização permitiu a construção de discursos que se conectaram ao acontecimento discursivo da sustentabilidade. Logo, os enunciados destinados às comunidades para se apropriarem da novidade discursiva se tornam preponderantes igualmente para as mesmas. Discursos que levaram as próprias instituições de pesquisas conservacionistas a desenvolver ações de sustentabilidade para si e para as comunidades, a fim de desenvolverem atividades alternativas para geração de renda das comunidades diretamente envolvidas, embaladas na polissemia discursiva da sustentabilidade.

2.3 - REFLEXÕES SOBRE O CORPUS DA PESQUISA

Percebemos, durante o estudo, o papel do sujeito institucional na construção do discurso ambiental. Observamos alguns processos na institucionalização dos projetos de conservação, objeto desta construção em memória. Consideramos que a constituição desse *corpus* para as análises é o primeiro discurso veiculado na mídia com caráter mais institucionalizado. Dessa maneira, o *corpus* da construção da memória do discurso ambiental se dará com algumas peças audiovisuais desenvolvidas pelo Projeto Ecologia, transmitidas pela televisão de 1981 a 1984. Esses produtos de comunicação se materializam nas campanhas de televisão, com 30 segundos cada uma, e produção de documentários institucionais com até 20 minutos.

Ao constituir o *corpus*, consideramos alguns fatores que delimitaram nosso estudo, como, por exemplo, serem os anos imediatamente anteriores a 1985¹⁸, pois em 1980 a agência ambiental, o IBDF, começou as atividades dos Projetos Tartaruga Marinha e Peixe-boi Marinho; a partir de 1981 começou a ser acompanhado pelo Projeto Ecologia; o movimento ambientalista no Brasil se tornou mais abrangente, e a televisão era o veículo de comunicação mais utilizado no Brasil.

O Projeto Ecologia é resultado de convênio institucional entre a Fundação Roberto Marinho (FRM) e a agência governamental dessa época, o IBDF. Teve como objetivo desenvolver “campanhas de esclarecimento e conscientização da sociedade” (Fundação Roberto Marinho, 1998, p. 102), utilizando como meios de difusão a televisão e o rádio, pelo Sistema Globo de Comunicação, empresa de comunicação privada com atuação em todo o território brasileiro.

Portanto, utilizar a televisão para comunicar o tema ambiental foi estratégia institucional. O que foi comentado, sobre as campanhas, pelo secretário-geral da FRM, Joaquim Falcão (1998, p.s/n) “A Fundação tinha sido pioneira na campanha bem-sucedida de preservação [...]; fora a responsável primeira pela conscientização ecológica em nível nacional”. Portanto, os veículos televisão e rádio eram considerados importantes meios de comunicação para difusão da mensagem ambiental. O Projeto Ecologia produziu mensagens sobre as espécies ameaçadas, processos de implantação dos projetos de conservação e consolidação desses projetos nos espaços sociais de atuação.

¹⁸ Em 1985, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU realizou as reuniões no Brasil.

As peças televisivas tinham o tempo máximo de trinta segundos, e as inserções aconteciam nos intervalos comerciais dos espaços institucionais da Fundação Roberto Marinho na programação da Rede Globo.

As campanhas foram importantes para a FRM, que recém iniciava suas atividades institucionais, aumentando a visibilidade do IBDF. O esclarecimento e a conscientização visavam conquistar o público e posicioná-lo a favor da causa da conservação das espécies em extinção, conforme o enunciado da Fundação Roberto Marinho. A partir dessas experiências se desenvolveram várias campanhas de apoio a projetos da área ambiental:

Começavam ali as campanhas e documentários sobre os parques nacionais, reservas biológicas e animais em extinção. Logo no início, a série apresentou um herói: o mico-leão-dourado que, de criatura desconhecida e às vésperas de desaparecimento, transformou-se em frequentador habitual dos lares brasileiros. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 1998, p.102)

A FRM assim se referiu ao objetivo das campanhas e documentários com fins educativos e transformadores: “Comunicar é educar, com ou sem a intenção de fazê-lo” (FALCÃO in FRM, 1989, p.s/n). O que demonstra que o produtor da mensagem percebe a comunicação como processos lineares, dispostos em esquemas, sobre os quais Orlandi (2002, p.21) observou: “Como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a”.

Para a Análise de Discurso, esse esquema de comunicação, como afirma Orlandi (2002, p. 21), “não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade”, mas “estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque”.

As considerações de Orlandi (2002) ampliam o entendimento sobre o funcionamento dos processos e objetivos dos meios de comunicação, que utilizam conceitos dos estudiosos de mídia, que perceberam a televisão e o rádio como veículo de comunicação de massa. A autora refutou o conceito que considera esse processo em que um envia uma mensagem, um código, e o outro faz a decodificação.

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há a separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica (ORLANDI, 2002, p.21).

Além das considerações de Orlandi (2002) sobre o esquema utilizado pelo campo da comunicação, consideramos também a crítica de Pierre Bourdieu(1997) sobre o conceito de veículo de massa, em estudos sobre a mídia eletrônica da televisão e do rádio. Consideramos a relevância das considerações do autor para o nosso objeto, as condições de produção do discurso sobre espécies ameaçadas, por isso a destacamos: “supostamente, a televisão ia nivelar, homogeneizar pouco a pouco todos os telespectadores. De fato era subestimar as capacidades de resistência” (BOURDIEU, 1997, p.50). O autor, inseriu nesta reflexão sobre a televisão e apontou um sujeito de grande importância na produção do discurso, o sujeito produtor da mensagem e o poder transformador do veículo dos que a produzem.

O fenômeno mais importante, e que era bastante difícil prever, é a extensão extraordinária da influência da televisão sobre o conjunto das atividades de produção cultural, aí incluídas as atividades de produção científica ou artística. (BOURDIEU, 1997, p.51)

A abordagem teórica sobre relação da televisão com os sujeitos produtores de discurso ressaltada por Bourdieu (1997) dialoga com as reflexões propostas por Orrico (2011), quando teoriza sobre a capacidade que “só o homem tem de atribuir valor às coisas ou acontecimentos do mundo exterior” (ORRICO, 2011, p.64), e que essa atribuição de valores “só pode ser compreendida pelo grupo a partir de uma convenção social, definida pelo próprio grupo por intermédio de um discurso articulado” (ORRICO, 2011, p.64). São reflexões da autora, a partir de White, na tradução de Dillingham (2009).

Portanto, as consideração de Orrico (2011) e Bourdieu (1997) convergem para o sujeito produtor de um discurso, ou seja, aquele que atribui valores a coisas e acontecimentos da natureza, e a influência que a televisão exerce sobre esse sujeito, que poderá estar na linguagem expressa pelo produto cultural, científico ou artístico. A linguagem, na formulação de Orlandi (2002, p.21), retomando Pecheux (1975), “serve para comunicar e para não comunicar”:

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2002, p.21)

Com essas reflexões constituímos o *corpus* deste estudo para análise, composto por duas campanhas de televisão e um documentário. No Projeto Tartaruga Marinha destacamos cinco chamadas, e para o Projeto Peixe-boi marinho, três chamadas. O documentário escolhido

foi *Tartaruga marinha*, de 15 minutos, por ser o primeiro produto do Projeto Ecologia, em 1981.

Todas as peças se compõem de imagens e textos narrados, produzidos no período de 1981 a 1984. As oito peças das duas campanhas têm trinta segundos de duração cada, produzidas pela Fundação Roberto Marinho e veiculadas na Rede Globo de Televisão.

A captação das primeiras imagens ocorreu em filme 16mm diapositivo, filmadas em câmeras sem dispositivos de áudio. Depois de revelados foram telecinados, método ainda utilizado pelo jornalismo da época (1980), que consistia em passar o negativo diapositivo para sistema de vídeo; foram editados no sistema *U-matic*¹⁹ nas unidades de edição do jornalismo de TV Globo em edição linear. Antes da edição se gravavam a narração e as artes desenhadas em papel e depois filmadas em 16mm, e em seguida telecinadas. Após essas etapas, na finalização se colocava a música e eram feitas as cópias. Não se utilizaram meios para captar o áudio ambiente. O limite técnico e orçamentário não permitiu gravar depoimentos dos participantes. As imagens submarinas foram feitas com instrumentos construídos pela própria equipe. Eles cortaram a cabeça de uma lanterna grande, trocaram-na por um vidro com cola de silicone; eram colados dois sacos plásticos de entulho, bem resistentes, e nas poças dos recifes filmavam com uma lente grande angular da câmera dentro do saco plástico.

Separamos o corpus em parte I, que é o texto das chamadas do Projeto Tartaruga Marinha e Projeto Peixe-boi marinho. Na parte II escolhemos seis trechos do texto do documentário *Tartaruga Marinha*.

“Chamada” é o nome técnico das peças utilizadas para campanhas institucionais de uma emissora de televisão; são vídeos com 30 segundos de duração, nomeados pelos profissionais que trabalham na área da comunicação. O nome se origina da função de “chamar a atenção do público” para a programação, ou seja, peças que chamam o público para assistir aos programas veiculados pela emissora durante os intervalos comerciais entre os programas, juntamente com as peças publicitárias. O tempo e o meio de difusão são os mesmos que as peças publicitárias e têm o objetivo de aumentar a visibilidade, que é uma maneira de vender os programas, com propaganda sobre o conteúdos dos produtos.

Na parte II foram escolhidos seis trechos do documentário *Tartaruga Marinha*, de 1981, o primeiro documentário feito pelo Projeto Ecologia, filmado durante parte do levantamento de dados, em um ano. Todas as imagens foram captadas com uma câmera de

¹⁹ U-matic é uma mídia, ou seja, uma fita magnética cuja plataforma possibilitou à televisão deixar os filmes em 16 mm diapositivo; deu agilidade à cobertura jornalística.

cinema 16 mm, com três lentes, sem o recurso do zoom, que capta imagens de longa distância e sem áudio.

Para as filmagens submarinas foi utilizada uma lente grande angular, que dava boa margem de segurança. Foram feitas em poças dos recifes da Reserva Biológica do Atol das Rocas, quando estavam na maré baixa e a água tinha transparência suficiente para garantir uma imagem nítida.

As tartarugas que aparecem nas imagens submarinas eram capturadas durante os mergulhos, colocadas em tanques até a hora das filmagens. Logo que as condições da água e a maré estivessem propícias, as tartarugas eram levadas para as poças para serem filmadas no ambiente.

As tartarugas filmadas na praia desovando foram encontradas durante a rotina diária dos pesquisadores na busca de dados sobre o comportamento dos espécimes. Quando encontravam uma fêmea na praia, armava-se verdadeiro aparato para a captação, como, por exemplo, retirar a areia e lavar todo animal para mostrar o desenho das placas do casco e o formato do plastrão, que identificam as espécies.

2.4 - PROPOSTA ANALÍTICA

A proposta analítica deste estudo apóia-se inicialmente no conceito de polissemia do discurso, no qual utilizaremos os procedimentos da AD que, no dizer de Orlandi (2002, p.15), “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, e que parte dos objetos simbólicos para “analisar o próprio gesto de interpretação”.

Além da interpretação, a AD é importante instrumento para “trabalhar seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (ORLANDI, 2002, p.26), e identifica os sentidos da formação ideológica (FI) por meio dos signos presentes no discurso, construções semânticas e o conjunto léxico utilizado na construção da formulação dos enunciados.

Pêcheux (2011) considera que a formação ideológica FI é “um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem individuais e nem universais, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 2011, p.73). Define que as FI comportam “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode ser dito” (PÊCHEUX, 2011, p.73).

A análise se apóia ainda no conjunto de análises de Telma Domingues da Silva (1996). As considerações de Silva (1996) foram determinantes na delimitação da categoria do discurso ecológico ou ambiental. A autora balizou, como **discurso político**, os estudos dos pesquisadores Viola e Leis (1992): “No ambientalismo/ecologismo, ou seja, na inscrição histórica da ecologia como um discurso político” (SILVA, 1996, p.382). A posição política do discurso ambiental são representações de “interesse de todos”; segundo Silva (1996), “o discurso ecológico serve para que o sujeito possa se ver e se mostrar enquanto sujeito político [...] na medida em que se colocaria como questão geral, global e humanitária” (SILVA, 1996, p.57).

O *corpus* que constituímos é anterior ao conceito de sustentabilidade. Mas é posterior ao conceito do “novo ambientalismo” de McCormick (1992), o movimento ambientalista de Alexandre (2003), e ao que Silva (1996) demarcou como início do processo de institucionalização da questão ambiental: “A Conferência das Nações Unidas para o Meio Humano em Estocolmo, em 1972, será representativa no início desse processo” (SILVA, 1996, p.383). A relação desse *corpus*, em um contexto amplo, localiza-se historicamente como uma das respostas da agência ambiental do governo brasileiro ao “processo de institucionalização” (SILVA, 1996, p.383) da ONU.

Consideramos que na formação ideológica que forma o discurso ecológico ambiental desse *corpus* identifica-se a utilização da linguagem científica de diversos campos disciplinares. E constituímos o *corpus* com material produzido por um projeto de comunicação, o Projeto Ecologia. Como citamos, é um projeto de comunicação para a televisão que focou em projetos de conservação de espécies ameaçadas de 1981 a 1984. São considerados pela instituição produtora como os primeiros produtos voltados à educação e conscientização do tema ambiental. Nele verificaremos categorias que auxiliarão a construção da memória.

- Categoria 1 - quais são os sujeitos que discursam.
- Categoria 2 - para quem os sujeitos discursam.
- Categoria 3 - qual é a categoria discursiva mais utilizada.

Com essas categorias, observaremos no *corpus* como os sujeitos se constituem e quais os efeitos de sentidos provocados pela lógica da percepção do discurso ambiental.

2.4.1 – QUAIS SÃO OS SUJEITOS QUE DISCURSAM?

Ao observarmos o corpus constituído, que são discursos construídos para a televisão, na linguagem da comunicação, tem como objetivo transmitir informações sobre Projeto Tartaruga Marinha e o Projeto Peixe-boi marinho e informações sobre as espécies. Para a Análise de Discurso, entretanto, o processo de transmissão de informação não é meramente transmitir, é um “complexo processo de constituição dos sujeitos e produção de sentido” conforme a argumentação de Orlandi (2002, p.21).

Observaremos os sujeitos que discursam: quais são os sujeitos que discursam?

Sujeitos enunciadores.

São aqueles institucionais que assinam as chamadas e o documentário. O primeiro sujeito era o IBDF, autarquia ligada ao Ministério da Agricultura, com várias funções, como criar e proteger as Unidades de Conservação e fiscalizar as ações contra o meio ambiente; as peças, portanto, comunicavam determinações oficiais. O outro sujeito era a Fundação Roberto Marinho, organização sem fins lucrativos, que representa o braço cultural da maior empresa de comunicação do país à época, as Organizações Globo de Comunicação.

A voz off - Todas as peças têm em comum a voz do narrador em off, a voz do locutor ‘oficial’ da emissora, considerado a “voz da casa”, ou seja, a voz institucional da emissora; a música utilizada foi do acervo disponibilizado pela emissora. As peças terminam com os slogans: “A natureza é o nosso maior patrimônio”; “vamos defender a natureza” e “vamos defender a natureza, afinal ela é da gente”. São assinadas pelas instituições IBDF e Fundação Roberto Marinho. No dizer de Silva (1996, p. 48) “representa uma autoridade”.

Sujeito apresentador.

No documentário *Tartaruga marinha* aparece a figura do apresentador. O sujeito é representado pelo ator Mario Lago, advogado e letrista. Mário Lago emprestou sua imagem, polissêmica, à causa das tartarugas. Ele informa sobre um assunto, diferente dos textos de seu campo de atuação, comunica algo com a postura de um apresentador de

documentários de programas científicos, de forma pausada e didática como um conhecedor do tema, aquele que sabe e ensina.

00.00.41 – OFF – MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA ANDANDO NA AREIA EM DIREÇÃO AO MAR

As tartarugas **são animais vertebrados** da classe dos répteis. **Surgiram no triássico, a 200 milhões de anos.** De lá para cá as tartarugas não mudaram muito.

A 65 milhões de anos aconteceram mudanças drásticas na terra.

Desapareceram muitos organismos marinhos e terrestres. Alguns grupos de tartarugas marinhas sobreviveram e duas subordens permaneceram.

As tartarugas marinhas **pertencem a duas famílias: Dermochelydae**, que só tem uma espécie, a tartaruga de couro *Dermochelys Coriácea* e

Chelonidae com quatro gêneros e 6 espécies incluindo a tartaruga verde:

Chelonia mydas, *Chelonia depressa*,

a tartaruga de pente - *Eretmochelys imbricata*,

Caretta Caretta, *Lepidochelys olivacea* e a *Lepidochelys Kempfi*.

Por outro lado, a apresentação do profissional que reporta é somada à imagem do sujeito político e advogado, Mário Lago, personalidade que empresta a sua figura pública para o Projeto Tartaruga Marinha e o acordo institucional entre a FRM e o IBDF nos meios de comunicação.

00.09.20²⁰

VIVO: MARIO LAGO :

O Projeto Tartaruga Marinha, foi criado em Janeiro de 1980. Esta sendo desenvolvido por um convênio entre **o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal** e a **Fundação Brasileira para Conservação da Natureza**. Toda documentação visual esta a cargo da **Fundação Roberto Marinho**.

00.14.37 –

VIVO FINAL : MARIO LAGO:

O IBDF acredita que só com trabalho científico intenso e aprofundado, poderá garantir a sobrevivência deste animal ameaçado de extinção em todo o mundo.

²⁰ Marca do tempo desta cena no documentário Tartaruga Marinha.

A Fundação Roberto Marinho posteriormente utilizou em outros produtos audiovisuais como campanhas para TV, vídeos institucionais e programas de séries, a figura do ator. E os atores passaram a emprestar a popularidade às causas ambientais: “Em 1990, quando se comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente, foram veiculadas mensagens gravadas por diversas personalidades” (FRM, 1998, p. 104); as personalidades foram atores, celebridades etc. Dessa forma, o ator ou celebridade se apresentaram como cidadãos, sujeitos que se incluíram no tema sustentando o imaginário sociais, no dizer de Silva (1996, p.51), “o sujeito, por sua vez, se vê incluído no todo da sociedade individualmente como cidadão: *cidadão* é todo aquele que não é *governo*”.

Memória discursiva do primeiro sujeito enunciador, aparece e utiliza o conceito de patrimônio ao construir o enunciado: **Afinal, ela é nosso patrimônio**, que precede as assinaturas dos sujeitos institucionais das chamadas:

PTM2 - Vamos respeitar *a lei dos homens e da natureza*.
Afinal, ela é **nosso patrimônio**

PTM3 - Não cate *seus ovos*
Afinal, *ela* é nosso **maior patrimônio**

PTM4 - Garanta a sua sobrevivência
A natureza é o **nosso maior patrimônio**

PTM5 - *A tartaruga marinha* não pode desaparecer
Ela é o **nosso maior patrimônio**

Eles consideram que a natureza é patrimônio de todos.

Há nessa apropriação uma memória que constrói o discurso, para provocar um efeito de sentido. Para Orlandi (2002, p.31), a memória quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso: “É o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Em outras palavras, o interdiscurso ou a memória discursiva presentificam, no dizer de Orlandi (2002, p.31), “experiências passadas”, ou seja, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa”.

Na introdução da edição comemorativa “20 anos que valeram a pena” (FRM, 1989), localizamos o sentido de patrimônio formulado pelo sujeito enunciador.

[...] no final da década de setenta, este modelo esgotara-se e ocorreram dois fatos novos. Primeiro, a modernização administrativa e conceitual do próprio

IPHAN, na gestão de Aloísio Magalhães, ampliando o **conceito de Patrimônio**, agora transarquitetônico [...] Paralelamente, a Fundação Roberto Marinho começa a divulgar pela televisão projetos de preservação. Divulga, para o grande público, a ideia de que o **“patrimônio brasileiro”** pode estar a seu lado, na própria comunidade. Visível e palpável. (FALCÃO, In FRM, 1989, p.s/n)

Memória discursiva do sujeito enunciador 2 – o IBDF é a agência ambiental que coordena os PTM e PPBM, mas também aparece como o agente fiscalizador ambiental do governo federal.

PTM2: *Por isso a lei protege as tartarugas*

PTM4: *Tartaruga marinha, uma espécie em extinção protegida por lei federal*

PTM3: *não cate seus ovos*

PTM5: *A tartaruga marinha é protegida por lei federal*

Com o conceito de memória discursiva, conseguimos identificar que o segundo sujeito institucional, IBDF, tinha em seu histórico a responsabilidade de fiscalizar os crimes contra a natureza, com uma postura de autoridade que faz cumprir a lei.

Há momentos que o discurso institucional informa às comunidades e legitima a atuação dos pesquisadores e da instituição fiscalizadora – o IBDF: que, *sem a vigilância dos técnicos seriam consumidos*. As áreas (citadas no texto) foram decretadas Unidades de Conservação para proteção das espécies ameaçadas de extinção.

O sujeito autor

Identificamos na chamada **PPBM 2** o sujeito autor, quando percebemos que formação discursiva se destaca no discurso. O sujeito autor é visto nesse *corpus* a partir das considerações de Foucault (2010, p.26): “O autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Portanto, esse sujeito, autor, se diferencia dos sujeitos institucionais, os que assinam no final da campanha, o IBDF e a Fundação Roberto Marinho. O sujeito autor científico e o sujeito autor ambientalista aparecem quando as falas demonstram o discurso científico,

biológico e ambientalista, considerando que, nem o IBDF e nem a FRM são sujeitos científicos e ou ambientalistas.

PTM2: *De novembro a março, época da desova, as fêmeas e os seus ovos são facilmente capturados*

PTM3: *Como você se sentiria matando um animal de 200 milhões de anos?*

PPBM2: *Enquanto a natureza continuar sendo violentada
Em nome de um progresso discutível
O peixe-boi continuará a ser morto até não restar mais nenhum.*

Em ambas, PTM2 e PTM3, encontramos a informação científica mais específica, como o tempo de desova “de novembro a marco” e na datação própria da paleontologia “animal de 200 milhões de anos”.

No PPBM2, encontramos informações conceituais, próprias do discurso ambiental “em nome de um progresso discutível” o autor é um sujeito ambientalista, cuja crítica está direcionada ao modelo de desenvolvimento, a extinção das espécies foi considerada um dos sintomas do limite desse modo de se desenvolver, demonstrado nos vários estudos e em várias conferências, entre elas a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, de 1972.

No dizer de Foucault (2010, p. 26), a função do autor científico foi se enfraquecendo: “Essa função não cessou de enfraquecer no discurso científico”; entretanto, para uma campanha de televisão, a credibilidade é balizada na informação científica. Dessa forma, ressaltamos e apontamos que o papel do sujeito autor nesse material foi estabelecer a coerência na construção desses enunciados e conecta-las ao discurso ambiental.

2.4.2 – PARA QUEM OS SUJEITOS DISCURSAM?

O conceito de público utilizado pela comunicação é o consumidor do produto, o receptor; aquele para quem se constrói e se destina a mensagem, o produto. Para a AD não há essa separação, porque o receptor não está dissociado do emissor; identificamos nos gestos discursivos as marcas da presença dos outros sujeitos. Dessa forma, para a

AD, os sujeitos estabelecem uma forma de relação. No dizer de Orlandi, (2002, p.21) “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”.

No conjunto dos textos das chamadas há momentos nos quais os sujeitos enunciadores constroem um discurso dialógico, no qual aparece uma terceira pessoa, o homem universal: aquele que mata. E, portanto, no discurso, aquele que mata, pode ser restabelecido, desde que aceite as condições para aderir à causa, pois *a natureza é da gente*. Há uma união no modo de produção. Ora o discurso é de autoridade, ora polissêmico. Para o outro sujeito ser integrado ao campo do discurso ambiental é preciso haver relação com os sentidos.

O discurso de autoridade aparece no enunciado da chamada PTM5. Na primeira frase, *a tartaruga marinha é protegida por lei federal*, o recado é claro: qualquer que seja a intenção do outro, isto é, qualquer cidadão que se relaciona de alguma forma com a espécie, entende-se que se a tartaruga é protegida por lei federal, por conseguinte qualquer ação contra a tartaruga significa estar fora da lei.

As reuniões de articulações é condição de produção que inclui, compartilha, mas determina a ação. No dizer de Orlandi (2002, p.87) “não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico”.

A característica da mistura nesse corpus é percebida quando o efeito da responsabilidade tende a ser compartilhado discursivamente na relação entre os sujeitos, quando o efeito de sentido remete à condição de igualdade, de inclusão, ou seja, quando os sujeitos são parte de um todo. Quando procuram estabelecer a relação de inclusão, *por isso a sobrevivência dela só depende de nós*. A união aparece no mesmo texto, quando a polissemia é contida, e o locutor “se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor” (Orlandi, 2002, p. 86). A relação de autoridade aparece imperativamente: *a tartaruga não pode desaparecer*. E na articulação no modo de funcionar desse material, em que o locutor e o interlocutor se encontram na mesma posição, desde que a ação seja numa direção, a de preservar o patrimônio. Nas chamadas, a construção discursiva coloca o patrimônio como um bem comum, de todos: *ela é o nosso maior patrimônio*, não somente a tartaruga, mas toda a natureza.

Como os interlocutores estão nesta construção? *Como você se sentiria matando um animal de 200 milhões de anos?* Esse dizer remete a estatutos da memória, mas da memória da formação discursiva científica, pois um animal de 200 milhões de

anos é uma informação do campo científico. Assim falado, tem o efeito de educar e informar, para justificar a ação proibitiva da lei de forma pedagógica, *pois a cada vez que você pega uma tartaruga ou colhe seus ovos, está ajudando a acabar com uma das espécies mais antigas*. Direciona o cidadão e à responsabilidade, decorrente da ação desse cidadão. Estabelece outra lógica de percepção para o cidadão que coleta os ovos das tartarugas nas praias a partir do conhecimento científico, já parte da memória coletiva. Segundo os pesquisadores, a causa da ameaça de extinção dos quelônios é porque em várias praias brasileiras a comunidade coletou todos os ovos. O hábito ocorreu durante décadas, passou de geração em geração, interrompendo o ciclo reprodutivo das espécies.

Reflitamos sobre o texto da chamada PPBM1, *O peixe boi é um animal condenado à morte*. Quem o condenou? O homem que mata o animal ou o modo de desenvolvimento do país?

O efeito de sentidos que se constrói nesse discurso é para qual sujeito?

Aquele que caça o animal.

Aquele que prejudica o ambiente de um animal raro, dócil e frágil.

O peixe-boi marinho é um mamífero raro, que vive em áreas onde os rios se encontram com o mar, as barras de rios com manguezais. Normalmente os manguezais são destruídos por empreendimentos turísticos e as barras de rios são os locais preferidos para o esporte com lanchas e jet ski, por ser local de águas calmas, as hélices dos motores costumam machucar os animais, principalmente os filhotes.

Dessa forma, qualquer que tenha sido a experiência com o peixe-boi ou nos locais preferidos da espécie, os sujeitos apelam pela ética, moral e responsabilidade. Pois, *Apesar do esforço para garantir a sua sobrevivência* e o apelo pela vida do animal, que depende de um tipo de atitude requer esses sentidos do homem universal. O homem universal que é constituído de consciência, da capacidade de ação que consegue reverter a situação, provocada pelo próprio homem.

Em outro trecho: *ele não pode ser derrotado pelo seu maior inimigo, o homem*. Afinal, quem condena? Quem derrota? Regionalmente, remete a uma memória coletiva construída a partir de indícios da cultura local, de Alagoas e Paraíba, onde ocorrem os animais. Há no interior desses Estados o mito da condenação à morte por desavenças familiares. Ou seja, o mito do homem do Estado do Alagoas que derrota o

inimigo. Que condena o outro. Porém, como o peixe-boi é um animal inocente, não merece ser morto: *não mate o peixe-boi*.

2.4.3 - QUAL A CATEGORIA DISCURSIVA MAIS UTILIZADA?

Ao analisar o material produzido para o gênero educação ambiental, Orlandi (1996, p. 40) criticou duas propriedades utilizadas nesses materiais e das quais nos apropriamos como apoio para ampliarmos as nossas análises. A primeira propriedade é o discurso da catástrofe e o segundo é o imediatismo. A catástrofe, no seu dizer, produz uma argumentação “da perdição” em que o sistema é considerado um monstro, e a “argumentação de salvação”, produz o efeito de nostalgia, e, a mobilização de preconceitos. O que leva ao moralismo, com “argumentos de árbitro sobre o futuro da humanidade. O que leva bem cedo a um discurso religioso, catequético”. Orlandi (1996, p.40) considera que o discurso da conscientização ou educação ambiental tem características iluminista “que investe tudo na racionalidade” e que “não há a integração do ser humano no novo fato que se anuncia” (ORLANDI, 1996, p.40)

Na conclusão dessas análises, Orlandi(1996, p.47) considera que o discurso voltado para educação ambiental, no seu dizer, “se inscreve no *comportamentalismo* com todos os inconvenientes [...] dentre eles, destaca-se seu efeito moralista, doutrinário e autoritário”. Além disso, se o discurso parte da “ameaça”, ou seja, “a destruição do mundo em que vivemos”, o processamento vem pelo “julgamento”, desta forma o resultado buscado é “o automatismo de uma ação que recoloca o indivíduo como mero “usuário” ou consumidor, sem historicização.

Consideramos as críticas de Orlandi (1996) sobre as propriedades discursivas do material para educação ambiental por ela analisado, se utilizar da catástrofe e do imediatismo, para provocar o efeito de sentido. Encontramos, no *corpus* a propriedade do imediatismo, entendemos que o efeito de sentido do imediatismo é provocar uma reação na ação. Ou seja, ações para proteger o animal.

*“em nome de um progresso discutível, o peixe-boi **continuará a ser morto até não restar mais nenhum**”*

Consideramos a propriedade da catástrofe como parte do **gênero discursivo da tragédia**. E, é uma das categorias discursivas mais utilizadas pelo discurso ambiental,

nesse *corpus*. Por exemplo: *foi realizada uma tarefa quase impossível: salvar milhares de ovos que, sem a vigilância dos técnicos, seriam consumidos*. O texto dá um tom dramático com ênfase no heroico.

Os textos constituído nesse *corpus*, são do tipo jornalístico, e utilizam a categoria dramática, centrada na possibilidade de uma tragédia. A tragédia está na infelicidade do homem universal, deixar uma espécie, seja ela qual for, ser extinta por suas atividades.

Fomos buscar em Aristóteles (2009), na *Arte Poética*, para entender a eficácia do efeito da tragédia neste gênero, discursos das campanhas de televisão sobre espécies ameaçadas, que é distinto do gênero da tragédia ao qual se refere o Filósofo. Mas quando relacionam a causalidade da extinção, à ações humanas, com objetivo de suscitar emoções, para assim justificar os meios (na ação de conservação), para projetar um futuro diferente, a narrativa das campanhas trabalham com a mesma estrutura aristotélica.

[...] a tragédia é imitação, não de homens, mas de ações, da vida, da felicidade e da infelicidade (pois a infelicidade resulta também da atividade), sendo o fim que pretende alcançar o resultado de certa maneira de agir [...]
(ARISTÓTELES, 2009, § 7)

Uma ação completa é aquela que forma um todo, “todo é o que tem principio, meio e fim”(ARISTOTELES, 2009, §.3). Assim a construção dos enunciados se utilizam de frases. Dos quais destacamos em negrito nos enunciados construídos, a busca pelo efeito da tragédia e observarmos suas construções, ancorados nas definições aristotélicas:

apesar do esforço para garantir a sua sobrevivência;

ele não pode ser derrotado pelo seu maior inimigo, o homem;

enquanto a natureza continuar sendo violentada;

enquanto o homem visar interesses imediatos;

em nome de um progresso discutível, o peixe-boi continuará a ser morto até não restar mais nenhum;

Hoje, após indiscriminadas matanças e destruição de seus habitats, ele está desaparecendo;

O mar também foi e tem sido muito explorado, e invencível, o mar começa a dar sinais de fraqueza.

Muitas espécies marinhas estão desaparecendo, entre elas as tartarugas que agora vamos conhecer.

Para o Filósofo, a tragédia centra-se na ação, “sem ação não há tragédia” (ARISTÓTELES, 2009, § 14), mas é principalmente pelo reconhecimento, que se dá o efeito da tragédia.

O **reconhecimento** permite fazer passar “da ignorância ao conhecimento, mudando o ódio em amizade [...], é matéria de reconhecimento, ficar sabendo que uma pessoa fez ou não fez determinada coisa” (ARISTÓTELES, 2009, § 4/6).

Não mate o peixe-boi-marinho

Não seja o responsável pela sua extinção.

Por isso a sobrevivência dele só depende de nós.

A tartaruga marinha não pode desaparecer.

Por isso, a luta agora é para criar área de proteção onde o peixe-boi possa viver em segurança para sempre

Pois a cada vez que você pega uma tartaruga ou colhe seus ovos, está ajudando a acabar com uma das espécies mais antigas.

Vamos respeitar a lei dos homens e da natureza.

Foi realizada uma tarefa quase impossível: salvar milhares de ovos que, sem a vigilância dos técnicos, seriam consumidos.

Para haver o reconhecimento, segundo o filósofo, é preciso um elemento básico: a alma; em seguida, o caráter, pois “o caráter permite decidir, após a reflexão” (ARISTÓTELES, 2009, §.24).

O resultado está aí. É o primeiro passo para garantir a sobrevivência da espécie.

Ela é o nosso maior patrimônio.

A natureza é da gente.

Afinal, ela é nosso maior patrimônio.

Percebemos que a rede de sentidos que o efeito da tragédia buscou provocar foi para o sujeito universal da reflexão. Aquele sujeito que de alguma forma participa do problema das espécies extinção. Dessa forma, o discurso foi construído considerando que essas espécies e o meio ambiente dependem de atitudes do homem para a sobrevivência.

Ancorados em Aristóteles, consideramos que o pressuposto de consciência parte do reconhecimento para a construção das ações. Todo esse apanhado sobre as ações propostas, pelos e para os sujeitos, remetem à memória discursiva da ética e da capacidade de promover a resiliência, que estão baseadas nos princípios universais da solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro também na memória os afetos da minha alma, não da maneira como os sente a própria alma, quando os experimenta, mas de outra muito diferente, segundo o exige a força da memória²¹.

Nossa construção em memória sobre o discurso ambiental utilizou da metodologia interdisciplinar para entender as condições de produção do discurso sobre espécies ameaçadas. Constituímos o problema dessa pesquisa com a percepção de que, não haviam mudanças com relação aos problemas ambientais, apesar dos esforços para promover a recuperação do meio ambiente e, que o conceito da sustentabilidade produz equívocos no discurso ambiental.

Entendemos que a sustentabilidade é um acontecimento discursivo, polissêmico, e que os equívocos fazem parte da própria condição da polissemia. A construção do discurso ambiental resultou das condições históricas que demonstravam um meio ambiente adoecido, e junto, um mundo de homens que também procuravam se recuperar dos traumas, sobretudo decorrente das Grandes Guerras. Entendemos que os sentidos traumáticos das perdas e dos perigos não cessaram, aparecem de formas distintas, com outras expressões, talvez por isso que os problemas relativos ao meio ambiente, tanto da biodiversidade, quanto as outras formas de recursos naturais, continuam. A sensação é de continuidade.

Nosso objetivo geral, portanto, partiu da sensação de continuidade dos problemas ambientais e da sensação de que conceito da sustentabilidade provocava equívocos. Com os estudos de memória juntamente com os arcabouços teóricos da Análise do Discurso na vertente francesa, conseguimos reconhecer alguns dessas tensões que nosso entender, provocam os equívocos. Dessa forma, através dos primeiros projetos de conservação de espécies marinhas ameaçadas e seus arranjos institucionais pudemos desenvolver essa construção. Para isso, delimitamos os anos de 1980 a 1984 para observar construções de enunciados de material produzido para a televisão e documentários voltados para educação ambiental. Com esse material constituímos nosso *corpus*.

A pesquisa demonstrou de uma maneira geral que a polissemia do conceito da sustentabilidade formulada a partir de 1985, atravessou alguns conceitos do discurso ambiental

²¹ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad. J. Oliveira e A. Ambrosio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011

estabelecido até essa data. Conceitos como preservação da natureza sofreu o efeito do apagamento. Atualmente o conceito que rege os estudos ambientais é o da conservação.

Consideramos que os projetos analisados, sobretudo o Projeto Tamar se apropriou do acontecimento discursivo da sustentabilidade, e, esse movimento transformou o discurso do conceito das espécies ameaçadas evidenciado nas ações institucionais de inclusão social e promoção de atividades geradoras de renda para financiar as atividades sociais, educativas e conservacionistas.

Vale destacar que o conceito da sustentabilidade se baseia em 3 pilares fundamentados no desenvolvimento econômico, na inclusão social e na conservação e utilização racional dos recursos naturais.

Assim, consideramos em uma das nossas premissas estabelecidas, para os nossos objetivos específico, que o conceito espécies ameaçadas **sofreu o efeito do esquecimento**, da ordem da enunciação da família parafrástica. Também havia a dúvida de que o conceito poderia estar sob **o efeito de deslocamento**.

Nosso estudo demonstrou que o conceito de espécies ameaçadas sofre o efeito de esquecimento da ordem da enunciação, para esclarecer essa afirmação utilizamos a definição de Orlandi (2002), de que o esquecimento é quando um modo de dizer, prevalece sobre o outro, e que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras” (ORLANDI, 2002, p.35). Esse tipo de esquecimento, no dizer de Orlandi (2002, p.35) é um “esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas”.

A outra premissa foi de que o conceito de espécies ameaçada poderia estar sob **o efeito de ruptura do processo de significação**. Consideramos que o conceito não sofre de ruptura no processo de significação, pois após estudar as condições históricas na construção do conceito, entendemos e reafirmamos as nossas considerações desse estudo na página 50, na qual concluímos que a condição de produção do conceito de espécies ameaçadas mantém os seus significados, sem sofrer ruptura no processo de significação, embora com algumas transformações que acompanham os deslocamentos próprios da ordem discursiva. Atualmente, no interior dessas transformações, cuja opacidade acontece porque o conceito de espécies ameaçadas está implícito na nova ordem discursiva. Entendemos que nas condições de adaptação do modo de desenvolvimento econômico ao conceito de sustentabilidade, alguns conceitos sofrem esquecimento, enquanto outros foram apagados.

Ao observarmos os projetos de conservação das espécies ameaçada, localizados no Projeto Tamar e no Projeto Peixe-boi marinho, entendemos que as transformações discursivas se evidenciam em suas ações institucionais. Nas primeiras campanhas de comunicação desenvolvidas por esses projetos, estabelecemos categorias para observarmos o processo de construção dos enunciados, com eles entendemos a definição de Pêcheux sobre as formações ideológicas: “um conjunto complexo que comporta atitudes e representações” (PECHEUX, 2011, p. 73) que, transportado para as análises do nosso *corpus*, observamos que a formação ideológica dos sujeitos institucionais, no dizer de Pêcheux “determinam o que pode ser dito”.

Assim, na primeira categoria: *quais são os sujeitos que discursam*, verificamos que as marcas da formação ideológicas dos sujeitos institucionais, a Fundação Roberto Marinho e a agência ambiental o IBDF se relacionam com as condições históricas dos primeiro anos da década de 80. Percebemos que são marcas de um tempo de transição, daí que podemos depreender o porque que os sujeitos se dirigem de forma imperativa, autoritária, da lei, mas as vezes como um sujeito plural, inclusivo (*nos* ou *a gente*, no patrimônio *de todos*) e, também como o sujeito pesquisador ambientalista.

No documentário apresentado pelo sujeito apresentador, o ator Mário Lago, evidencia a estratégia de identificar o cidadão à imagem do sujeito apresentador. Ao incluir a imagem e a credibilidade de um ator com histórico de militância política contra o regime, na época vigente, o vídeo procura legitimar a importância do projeto de conservação como causa de todos. Mesmo partindo de uma autarquia governamental (IBDF), pertencente ao regime ao qual a personalidade Mario Lago militou contra. Assim, entendemos que causa ambiental naqueles anos (1980 a 1985) aparecia como um forma de mudar, de ir contra o sistema político e por conseguinte a econômica. Identificamos no enunciado da PPBM2, “*enquanto a natureza continuar sendo violentada. Em nome de um progresso discutível*”, o sujeito autor ambientalista, militante, que se indignava com a condição histórica. Os dois sujeitos institucionais eram parte do sistema vigente.

Contudo, a nossa percepção após as análises é de que os enunciados procuram um sujeito cidadão para compartilhar a responsabilidade de salvar as espécies ameaçadas. Portanto a segunda categoria: *para quem os sujeitos discursam*, os enunciados procuram uma sociedade que se torne consciente da problema ambiental. Evidenciado nas construções “*a natureza é da gente*”; “*a sobrevivência depende de nós*”. Outra percepção foi que de que em todo enunciado

das chamadas, não ha menção do conceito da preservação. lembrando que o conceito de preservação exclui qualquer tipo de atividade produtiva.

Para a terceira categoria: *qual é a categoria discursiva mais utilizada* no discurso ambiental. Consideramos que as perdas, crises e desastres provocadas pelas condições históricas determinou a utilização da sentido da tragédia. A percepção dos efeitos da ameaça e da degradação foram evidenciados pelos cientistas, e, o discurso foi construído na lógica científica, baseada em observações dos acontecimentos repetidos. Portanto, foi na repetição de acontecimentos traumáticos que o discurso ambiental ganhou espessura, tornou dizível, construiu uma memória discursiva. Entendemos que a tragédia é a categoria de linguagem que o discurso ambiental utiliza, considerando a definição estrutural aristotélica.

Nossa pesquisa observou o conceito de espécies ameaçada e verificamos que o problema ambiental se transforma a medida que a ciência evidencia novas perspectivas. Procuramos construir a memória dos anos que antecederam as reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil, para entender as transformações no discurso ambiental. Consideramos pois, que o acontecimento discursivo da polissêmica sustentabilidade, provocou o efeito de atravessamento aos inúmeros conceitos ambientais e constituiu a tensão própria do funcionamento da linguagem no processo parafrástico do antigo discurso ambiental. Considerando a característica do polissêmico na definição de Orlandi (2002), entendemos que a sustentabilidade, por definição, apresenta deslocamentos e rupturas nos processos de significação. E que é exatamente nesse processo de rupturas, que acontecem as transformações.

Dessa maneira, os projetos de conservação que observamos se apropriaram da novidade discursiva e se desenvolveram diferentes. Mesmo sendo parte da agência ambiental e órgão fiscalizador da época, os pesquisadores do projeto de conservação entenderam que a sociedade local era imbricada ao ambiente, a cultura existia nesse imbricado, e, para que conseguissem proteger as futuras tartarugas, seria necessário proteger as desovas que eram predadas quase que na totalidade. O território das desovas é a extensão das praias, totalmente desterritorializada, os pesquisadores entenderam que seria praticamente impossível utilizar os métodos tradicionais de fiscalização. Assim, trocaram a coleta predatória pela coleta científica, a atividade ilegal por emprego com carteira assinada. O mesmo aconteceu com o Projeto Peixe-boi marinho, que utilizou a expertise do caçador e o transformou em agente protetor. Aqui, fazemos uma analogia ao Programa Bolsa Verde, citado no *Relatório Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolhas* (2012) do Painel da ONU. Esse programa do governo

brasileiro concede recursos financeiros à famílias que vivem no entorno de áreas consideradas prioritárias para a conservação, com objetivo de evitar que as mesmas exerçam atividades consideradas ilegais, como a caça de espécie, a pesca fora da época. E ao conceder a bolsa, o governo as transformam em agentes fiscalizadores da área.

Nosso estudo evidenciou alguns processos de transformação do discurso ambiental, para a AD essas transformações são próprias do movimento dos sentidos e dos sujeitos. Contudo, mesmo considerando a polissemia da sustentabilidade, hoje, 25 anos após, podemos admitir que há um processo parafrástico para o conceito da sustentabilidade. Mesmo que apresentem deslocamentos e jogue com os equívocos, o conceito da sustentabilidade já começa a se estabilizar. O processo parafrástico da sustentabilidade é um processo dinâmico de adaptação, aprendizado e ação. Já é possível compreender o discurso da sustentabilidade.

Considerando que o discurso ambiental, tem na sustentabilidade um dos temas que tem a transformação como questão central, portanto, será no reconhecimento dos sinais dissonantes, no entendimento dos significados, na depuração dos efeito, que a sustentabilidade encontrará consonância na ação .

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. *O papel da memória*. Campinas: Editora Pontes, 2010.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Trad. J. Oliveira e A. Ambrosio de Pina. Petropolis: Editora Vozes, 2011.

ALEXANDRE, Agripa. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, v. 8, p. 73-94, 2003.

_____. *Práticas ambientais no Brasil: definições e trajetórias*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

ARISTOTELES. *Arte Poética*. Trad. Paulo Costa Galvão. Edição eBooks Brasil; disponível <[HTTP://www.culturabrasil.org/poetica/artepoetica_aristoteles.htm](http://www.culturabrasil.org/poetica/artepoetica_aristoteles.htm)> acessado em 17 de julho de 2009.

BASTOS, Samanta. *Transcrição do texto do documentário tartaruga marinha – 1981*. Rio de Janeiro: Raiz Comunicação, 2012. Não publicado.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patricia Chittoni Ramos Reuillard (supervisão). São Carlos: UFSCar, 2009.

DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Trad. Monica Pinto. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.

FARIAS, Francisco Ramos. *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011

FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. *Assim nasceu o Projeto Tamar*. Búzios, 2000.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Vinte anos que valeram a pena*. Rio de Janeiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In : GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

FARIAS, Francisco Ramos de (org). *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.

MARCONDES, Sandra Amaral. *Brasil, amor à primeira vista*. São Paulo: Editora Peiropólis, 2005.

MEADOWS, Dennis L. *Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

NORA, Pierre. L'aventure des Lieux de mémoire. In Étienne Francois (org) *Lieux de mémoire. Erinnerungsorte*. Berlin: Les travaux du Centre Marc Bloch, Cahier, n.6, 1996.

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 2002.

_____. *Enfoque lingüístico/discursivo. O discurso da educação ambiental*. In TRASBER, R. e MANZOCHI, L.H. (org). *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Ed. Gaia, 1996

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. *O discurso televisivo da memória: plim plim*. Porto Alegre: Em questão, v. 17, n. 2, 2011.

_____. *A memória da divulgação científica: um discurso informacional*. Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, ano 9, n.14, 2012

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETARIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha*. Nova York: Nações Unidas, 2012.

PECHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Pontes, 2008.

PECHEUX, Michel. *Linguas, linguagem e discurso*. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Análises do discurso: herança, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

SILVA, Telma Domingues. *Biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. Campinas: Revista Sínteses, IEL/Unicamp. Vol 1, 1996

_____. *O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental*. In TRASBER, R. e MANZOCHI, L.H. (org). *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Ed. Gaia, 1996.

_____. *O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva*. In SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (org) *Viagens à natureza – turismo, cultura e ambiente*. Campinas

_____. *Educação ambiental: educação para o consumo e a sociedade da informação*. Revista *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 11, 201

ANEXO A – Transcrição do texto das chamadas do projeto tartaruga marinha e projeto peixe-boi marinho.

Chamadas	
Projeto Tartaruga Marinha	Projeto Peixe boi-marinho
<p>PTM1</p> <p>Texto off:</p> <p>Comboios, Espírito Santo. Praia do Forte, Bahia. Pirambu, Sergipe.</p> <p>Nessas praias principais pontos de desovas das tartarugas marinhas</p> <p>Foi realizada uma tarefa quase impossível: salvar milhares de ovos que, sem a vigilância dos técnicos, seriam consumidos.</p> <p>O resultado está aí.</p> <p>É o primeiro passo para garantir a sobrevivência da espécie.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>	<p>PPBM1</p> <p>Texto off:</p> <p>O peixe-boi é um animal condenado à morte</p> <p>Apesar do esforço para garantir a sua sobrevivência.</p> <p>Não mate o peixe-boi.</p> <p>Ele não pode ser derrotado</p> <p>Pelo seu maior inimigo, o homem.</p> <p>A natureza é da gente.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>
<p>PTM2</p> <p>Texto:</p> <p>A tartaruga marinha é um animal ameaçado de extinção.</p> <p>De novembro a março, época da desova, as fêmeas e os seus ovos são facilmente capturados.</p> <p>Colocando em grave risco a sobrevivência de toda a espécie.</p> <p>Por isso, a lei protege as tartarugas.</p> <p>Proibindo sua caça e cata de seus ovos</p> <p>Vamos respeitar a lei dos homens e da natureza.</p> <p>Afinal, ela é nosso patrimônio.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>	<p>PPBM2</p> <p>Texto:</p> <p>Enquanto o homem visar interesses imediatos</p> <p>Enquanto a natureza continuar sendo violentada</p> <p>Em nome de um progresso discutível,</p> <p>O peixe-boi continuará a ser morto até não restar mais nenhum.</p> <p>Por isso, a luta agora é para criar área de proteção onde o peixe-boi possa viver em segurança para sempre.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>

<p>PTM3</p> <p>Texto: Como você se sentiria matando um animal de 200 milhões de anos? Pois a cada vez que você pega uma tartaruga ou colhe seus ovos, está ajudando a acabar com uma das espécies mais antigas. Este crime é punido por lei. De novembro a março as tartarugas sobem à praia para desovar. Não cate seus ovos</p> <p>Afinal, ela é nosso maior patrimônio.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>	<p>PPBM3</p> <p>Texto: No passado, um grande número de peixes-boi habitava o litoral. Hoje, após indiscriminadas matanças e destruição de seus habitats, ele está desaparecendo. Pequenos grupos ainda sobrevivem no litoral do nordeste. Não mate o peixe-boi-marinho Não seja o responsável pela sua extinção.</p> <p>A natureza é da gente.</p> <p>IBDF - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>
<p>PTM4</p> <p>Texto: Tartaruga marinha, Uma espécie em extinção protegida por lei federal Não cate seus ovos, Garanta a sua sobrevivência</p> <p>A natureza é o nosso maior patrimônio.</p> <p>FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO</p>	<p>PTM5</p> <p>Texto : A tartaruga marinha é protegida por lei federal. Sua pesca é proibida assim como a coleta de seus ovos. Por isso a sobrevivência dela só depende de nós. A tartaruga marinha não pode desaparecer.</p> <p>Ela é o nosso maior patrimônio.</p> <p>FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO.</p>

ANEXO B - Transcrição do texto do documentário tartaruga marinha – 1981

“TARTARUGA MARINHA”

Produção e direção: Claudio Savaget e Elza Kawakami

Imagens: Claudio Savaget.

Texto final: Vera Barros.

Apresentação e narração: Mario Lago

00.00.00 – INICIO DA ARTE DA ABERTURA

00.00.06 – FINAL DA ARTE DA ABERTURA

00.00.06 - VIVO: MARIO LAGO

Há muito tempo o homem deixou de caçar e colher o fruto da terra e começou a dominar a natureza e criando animais e cultivando lavoura. Isto aconteceu porque os recursos naturais se tornaram insuficientes para manter a vida no planeta.

O mar também foi e tem sido muito explorado, e nele quase nada é cultivado ou protegido. Poderoso mas não invencível, o mar começa a dar sinais de fraqueza.

Muitas espécies marinha estão desaparecendo, entre elas as tartarugas que agora vamos conhecer.

00.00.41 – OFF – MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA ANDANDO NA AREIA EM DIREÇÃO AO MAR

As tartarugas são animais vertebrados da classe dos répteis. Surgiram no triássico, a 200 milhões de anos. De lá para cá as tartarugas não mudaram muito.

A 65 milhões de anos aconteceram mudanças drásticas na terra.

Desapareceram muitos organismos marinhos e terrestres. Alguns grupos de tartarugas marinhas sobreviveram e duas subordens permaneceram.

As tartarugas marinhas pertencem a duas famílias:

00.01.45 - ARTE

Derموchelydae, que só tem uma espécie, a tartaruga de couro *Derموchelys Coriácea* e *Chelonidae* com quatro géneros e 6 espécies incluindo a tartaruga verde, *Chelonia mydas*, *Chelonia depressa*, a tartaruga de pente *Eretmochelys imbricata*, a *Caretta Caretta*, a *Lepidochelys olivacea* e a *Lepidochelys Kempfi*.

No Brasil existem apenas 5 espécies: a *Chelonia mydas*, que tem quatro placas laterais no casco. É conhecida também como tartaruga verde. A *Eretmochelys imbricata*, a tartaruga de pente, tem quatro placas laterais, a *Caretta Caretta* popularmente chamada de tartaruga mestiça, tem 5 placas laterais. A *Lepidochelys olivacea*, tem 5 ou mais placas laterais é a chamada tartaruga comum. E a *Dermochelys coriácea*, que não tem placas mas 5 quilhas, ela é a tartaruga de couro.

00.02.21 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA TARTARUGA NA BEIRA DO MAR E DEMONSTRAÇÃO DA TARTARUGA

As tartarugas são animais heterotermos pulmonados, possui uma carapaça protetora também chamada de casco que é ligado na parte inferior com o plastrão. A fecundação é interna e os ovos, como na maioria dos répteis são colocados na terra. Elas tem uma grande cavidade corporal, onde ficam enormes intestinos necessários a digestão de vegetais e pequenos organismos marinhos. Ela é tão grande que permite guardar uma grande quantidade de ovos.

00.02.58 - OFF: MARIO LAGO

IMAGEM TARTARURUGA NA AREIA

As fêmeas, armazenam esperma vivo por muito anos, embora a fertilidade diminua com o tempo, assim elas podem fertilizar centenas de ovos sem ter que acasalar a cada período.

00.03.11 - OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA TARTARUGA NA AGUA

Além da respiração pulmonar, as tartarugas possuem adaptações que permitem que elas fiquem mais tempo em baixo da água. Em algumas tartarugas, a água entra pela abertura anal, onde dois sacos se enchem e se esvaziam, criando uma corrente de ar. A circulação da água permite a captação de oxigênio. Elas também são capazes de armazenar grande quantidade de oxigênio no sangue.

00.03.39 – OFF MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA ANDANDO NA AREIA A NOITE

Outro aspectos da respiração nas tartarugas marinhas, é a flexibilidade do plastrão, que permite a expansão e a contração da cavidade torácica.

Quando a fêmea sobe até a praia para desovar, seu enorme peso contra a areia, impede a flexibilidade e dificulta a respiração.

00.04.02 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE TARTARUGA NA AGUA NANDANDO MUITO.

Outra adaptação dessas espécies, é a sua forma hidrodinâmica e a redução do peso do casco em relação as terrestres o que diminui o atrito com a água e facilita a flutuação. As tartarugas marinhas possuem nadadeiras ao invés das patas das tartarugas terrestres.

00.04.21 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA NA AREIA

A maioria são carnívoras, mas algumas comem tanto vegetais como animais.

Chelonia mydas é diferente das outras espécies. Só no seu primeiro ano de vida é carnívora e depois se torna herbívora.

No Brasil, a desova das tartarugas marinhas começa geralmente em Novembro e acaba em Março.

00.04.45 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA NA AGUA

Este período pode variar de acordo com a espécie, condições de local e com o próprio comportamento do animal. Só a fêmea vai para a praia no período de desova e dois fatores determinam a hora de sua ida: luminosidade e maré.

00.05.02 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DO RASTRO DA TARTARUGA NA AREIA , A NOITE, QUANDO ESTÃO CAMINHANDO PARA A DESOVA.

Elas sobem quase sempre a noite quando não há gente nem luz na praia. Aproveitam o período que vai da metade final da maré enchente a metade inicial da vazante.

Quando saem da água, andam devagar na areia procurando um lugar ideal para fazer ninho. Os rastros são facilmente localizados, sendo possível identificar os de subida e descida.

00.05.30 –OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA TARTARURUGA CAVANDO A CAMA PARA DESOVA

Na segunda etapa do processo, ela cava a chamada cama. A cama é uma buraco grande que varia de dimensões, de acordo com o tamanho e comportamento do animal. Pode atingir até 3 metros de comprimento por 1 metro de profundidade. Terminada a construção da cama ela começa a fazer a cova, onde colocará os ovos, para isso ela usa as nadadeiras. Enquanto uma retira a areia dobrando a parte terminal que forma uma espécie de concha, a outra faz um movimento brusco de trás para a frente, para que a areia retirada não caia novamente dentro do buraco. Terminada a construção da cova, começa a postura.

00.06.10 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA TARTARUGA DESOVANDO

A cada contração, os ovos vão saindo com o auxílio de um líquido viscoso. Elas põe de 100 a 150 ovos. Durante a postura, as duas nadadeiras de trás protegem a cova para que não caia areia. Quando termina a desova, a cova é tapada e a tartaruga volta para o mar.

Todo esse processo pode terminar rapidamente. Acontece também de a tartaruga repetir uma ou várias vezes as primeiras etapas. Há casos em que ela chaga a construir a cova e a abandona quando encontra algum obstáculo.

00.06.54 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA ANDANDO NA AREIA E ENTRANDO NA AGUAA

Outro comportamento bastante comum é a chamada meia lua, ela sobe e desce a praia sem realizar nenhuma etapa do processo. Cada tartaruga volta a praia no período de desova de 3 a 6 vezes e intervalos intercalados de mais ou menos 10 dias. Os machos não vão a praia, mas muitas vezes são vistos nadando nas proximidades. Acredita-se que as tartarugas chegam a maturidade sexual entre as idades de 13 e 20 anos.

00.07.28 – OFF: MARIO LAGO.

IMAGENS DE TARTARUGUINHAS SAINDO DO NINHO INDO EM DIREÇÃO AO MAR

As tartaruguinhas são incubadas num período de aproximadamente 60 dias, a maioria nasce ao mesmo tempo, quebrando o ovo com o focinho. Elas precisam trabalhar juntas para escapar do ninho. As que estão na parte de cima vão escavando e removendo a areia, enquanto as que estão em baixo, fazem uma espécie de plataforma de subida a superfície. Elas só sobem quando a temperatura cai, geralmente a noite, porque com o calor elas se cansariam muito mais. Ate uma chuva fria pode causar a saída durante o dia o que coloca em risco a ninhada ja que a noite estão mais protegidas da predação por gaivotas e peixes. O reflexo da lua no mar tambem atrai as tartaruguinhas, e preciso tomar cuidado com uso de lanternas que podem desorientar os filhotes.

00.08.22 –OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DAS TARTARUGUINHAS NO MAR

Assim que sobem correm para o mar, não saberemos mais o seu destino. A partir daí, elas so serão encontradas com mais ou menos 2 anos de vida.

00.08.41 –OFF: MARIO LAGO

IMAGEM MOSTRANDO OS EMBRIÕES

Os ovos que não vingam são os embriões com algumas deformações físicas. O que não impede que alguns nasçam deformados. A própria natureza se encarrega de equilibrar as espécies. O vento forte

pode descobrir os ovos e o calor mata os embriões. As marés muito altas destroem os ninhos e ovos apodrecem.

A tartaruga marinha sofre muitas ameaças

00.09.10 —OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE CASCO DE TARTARUGA COM ESCUDO e OUTROS PRODUTOS PARA SEREM COMERCIALIZADOS.

Comercializam o seu casco, o seu óleo, sua carne e seu óvulos. A ocupação das áreas de reprodução impede a desova, a luz elétrica que é um elemento simples no nosso dia a dia, pode ser fatal para a preservação da espécie.

00.09.29 – VIVO MARIO LAGO

O Projeto Tartaruga Marinha, foi criado em Janeiro de 1980. Está sendo desenvolvido por um convênio entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Toda documentação visual está a cargo da Fundação Roberto Marinho. A primeira iniciativa foi coletar informações através de questionários enviados às principais Prefeituras do Litoral, Universidades e Colônias de Pescadores.

00.10.00 —OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE TARTARUGA NA PRAIA A NOITE

Era importante saber a localização e o período da desova e se a tartaruga era comercializada ou não.

00.10.06 – OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADORES

As respostas a esse questionário foram fundamentais para a continuidade do Projeto.

00.10.14 - OFF: MARIO LAGO

IMAGEM TARTARUGA NA AGUA, IMAGEM CASCO E POLUIÇÃO

A conclusão foi que a tartaruga marinha é um recurso natural de grande importância econômica e social, não só pela venda do casco, como o aproveitamento da carne para alimentação das populações carentes do litoral.

00.10.27—OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA TARTARUGA SENDO ANALISADA PELOS PESQUISADORES

Numa segunda etapa da Projeto foi feito um levantamento do comportamento dos quelônios nas praias brasileiras.

00.10.37 –OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADORES EMBARCADOS JUNTO PESCADORES

Para isso foram localizados e compradas as mais importantes áreas de proteção. Os pescadores foram entrevistados e os espaços analisados detalhadamente.

00.10.48–OFF: MARIO LAGO

ARTE MAPA MOSTRANDO PARTE DO LITORAL E IMAGEM DE TIPOS DE EMBARCAÇÕES UTILIZADAS PARA A PESQUISA

Os pesquisadores percorreram 3.500 Km e procuraram os meios de mais adequados para o transportes em cada região devido a dificuldade de acesso a algumas praias.

00.11.12–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADORES EM CONTATO COM A POPULAÇÃO LOCAL DAS AREAS PESQUISADAS

As informações colhidas foram somadas a experiência prática dos diversos lugares. Um trabalho que foi muito enriquecido pelo contato direto com diversos tipos de pessoas. O nome vulgar das espécies varia de região para região e até usado o verbo carebar, que significa catar ovos e matar as tartarugas que estão desovando.

00.11.39–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE TARTARUGA

Hoje já se pode definir as áreas primordiais.

00.11.42–OFF: MARIO LAGO

ARTE COM MAPA MOSTRANDO NO LITORAL , AS AREAS PRIMORDIAIS

O Atol da Rocas a 150 milhas do Rio Grande do Norte, Praia de Santa Isabel litoral norte do estado de Sergipe, Praia de Comboio litoral norte do Espírito Santo, Ilha de Trindade – 650 milhas a leste de Vitória em pleno Oceano Atlântico, sob jurisdição da Marinha.

00.12.00–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADOR NA PRAIA COM GIPE, E OVOS SENDO COMERCIALIZADOS

A praia de Santa Isabel, litoral norte do Estado de Sergipe, oferece inúmeras possibilidades de pesquisa. Foi lá que se obteve o maior número de informações. Por mais incrível que pareça, em Santa Isabel não se mata tartaruga, mas todos os ovos são consumidos. O trabalho de pegar os ovos são chamados pitorescamente chamado de tartarugar! E os ovos são vendidos pela metade do preço dos de galinhas.

00.12.29–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADORES E ESPECIES DE ALGUMAS ESPECIES DE TARTARUGA

Foi feito um exaustivo trabalho de pesquisa. Eram percorridos diariamente mais ou menos 84 Km , em quatro horas de percurso, era muito difícil encontrar as tartarugas numa área tão grande. Um tartarugueiro foi contratado para auxiliar o trabalho.

Em Santa Isabel desova, *Lepidochelys Olivacea*, *Caretta Caretta* e em menor quantidade *Chelonia Mydas*.

00.12.56–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DA POPULAÇÃO COOPERANDO COM PROJETO- COLANDO CARTAZES.

Com a área protegida e a população conscientizada, a praia de Santa Isabel vai se tornar um grande centro de preservação.

00.13.06–OFF: MARIO LAGO

IMAGENS DA PRAIA DE COMBOIO

A praia de Comboio, com 42 Km ao norte do Espírito Santo e Reserva Estadual. Lá é o único lugar do Brasil onde desova *Dermochelis coriacea*, tartaruga de couro, a mais ameaçada de extinção em todo o mundo.

00.13.20–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE ATOL DAS ROCAS

No Atol das Rocas, a 150 milhas do Rio Grande do Norte, desova com muita frequência *Chelonia mydas*. O Atol é a única reserva biológica marinha no Brasil. Apesar disso esta sujeita a depredação, porque durante muitos anos foi área de pesca intensiva. Sua localização dificulta bastante a fiscalização.

00.13.41–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE TARTARUGA SENDO MARCADA POR PESQUISADORES

Lá foi realizado um trabalho inédito - a marcação. A marcação tem o objetivo de estudar a migração, pesquisar seu comportamento e controlar o número de tartarugas. Para acompanhar a migração também pode ser usado um rádio transmissor. Um método que é chamado de radiotelimetria.

00.14.04–OFF: MARIO LAGO

IMAGEM DE PESQUISADOR MARCANDO TARTARUGA E MOSTRANDO O TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

Através da marcação se pode ter uma de quantas tartarugas sobe ate a praia para desovar. Este trabalho e feito durante a noite, enquanto elas põe os ovos, porque depois de iniciada a postura nada as faz parar. Esta hora e uma boa oportunidade para medi-las. A marca, uma plaqueta de aço inox tem um numero para identificação e também o endereço, para ela seja devolvida à instituição de pesquisa.

Agora outras áreas estão sendo levantadas.

00.14.37 – VIVO FINAL MARIO LAGO

O IBDF acredita que so com trabalho científico intenso e aprofundado, poderá garantir a sobrevivência deste animal ameaçado de extinção em todo o mundo.

00.14.49 – INICIO DO ROLL CREDITOS

00.16.04 – FINAL DO ROLL DE CREDITOS.

Fonte: Bastos (2012).

